

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 105
07 de maio de 2011

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos.

Eu queria, antes de tudo, avisar que aquele pedido que fiz sobre a declaração das doações, na semana passada, vai ter de ficar sem efeito porque algumas pessoas (poucas) apresentaram algumas objeções. E neste caso basta uma pessoa declarar o contrário que a coisa não funciona, cria-se uma contradição. Eu acho que não foi nada por má vontade, as pessoas fizeram algumas considerações sérias. Mas eu acho que elas estão enganadas, porque todas as contribuições serão declaradas para a Receita Federal brasileira e entrarão normalmente como contribuições do curso. Só aqui nos EUA é que entrariam como doações. Porque, pela lei americana, basta a fonte pagadora declarar que é uma doação, acabou, não tem mais conversa. Não importa os meios administrativos pelos quais a doação foi feita. Mas, segundo me informaram, a lei brasileira é diferente.

Na verdade, isso não faria diferença alguma porque tudo aí não será declarado como doação, mas sim como contribuição, mensalidade do curso. Isso aí é só porque o imposto de renda brasileiro vence depois do americano. Embora a Receita Federal americana devolva tudo o que você pagou num outro país, vai haver um ano de diferença porque tudo aqui só poderá ser declarado um ano depois. Então vai ficar aquele dinheiro retido durante um ano, e isto evidentemente vai fazer muita diferença no meu bolso. Era só por isso que eu estava pedindo.

Mas como tem quatro ou cinco pessoas que apresentaram objeções — e basta uma para travar o sistema inteiro —, então fica o dito pelo não dito. Mas eu vou pedir outro favor a vocês: que cada um envie não ao meu e-mail, mas ao e-mail do Seminário de Filosofia, uma mensagem dizendo assim: “Declaro que, no ano tal, paguei ao sr. Olavo de Carvalho a quantia tal em mensalidades do Seminário de Filosofia”. Então façam as contas de quanto pagaram e enviem para o Seminário de Filosofia, para o e-mail do Silvio Grimaldo: contato@seminariodefilsosofia.org. Por favor, enviem o quanto antes.

Em segundo lugar, quero pedir desculpas novamente a vocês, porque o prof. Duguin me manteve ocupado durante toda a semana novamente. Estive a redigir a minha próxima intervenção no debate, que conta já com 66 páginas devido àquela famosa regra de que o erro e a mentira podem ser enunciados de maneira mais compacta do que a sua refutação, e o prof. Duguin em

matéria de besteira compacta é um verdadeiro artista, o que me manteve ocupado durante toda a semana. Não pude sequer abrir a *Apologia de Sócrates* ou o *Fédon* nem por um minuto, e não me atrevo a dar esta aula baseado somente em dados de memória de texto que li há vinte anos atrás, então vou adiar novamente o exame dos textos de Platão. Creio que a partir da semana que vem já estaremos liberados.

Nesta aula, darei uma prévia da terceira mensagem do debate com o Prof. Duguin que lerei e comentarei, de maneira que vocês terão o conteúdo do que será publicado e mais alguma coisa que talvez até acrescente, se houver tempo. Em nenhuma das mensagens anteriores, examinei as doutrinas do prof. Duguin. Trata-se apenas da discussão do ponto: quais são as forças que estão agindo no cenário histórico presente e qual é o papel dos EUA dentro deste cenário. É só isto o que estamos discutindo, e não as teorias do prof. Duguin sobre o atlantismo e eurasismo, sobre sociedade orgânica e sociedade tradicional, nada disso. Nem entrei no assunto ainda, e pretendo entrar. Se não der para entrar durante o debate, decidi agora que continuarei com a história. Quando terminar o debate, vou continuar escrevendo a respeito. Trata-se de um tema de importância extraordinária, pelo fato de que essas idéias estão inspirando o governo de uma das nações mais poderosas do mundo, exatamente no sentido de uma guerra mundial — o que o sujeito pretende é nada menos que isto. De modo que sinto que é minha estrita obrigação, fazer o possível para esclarecer as pessoas quanto a isso e quanto aos riscos envolvidos nesta brincadeira.

Este sujeito conseguiu inventar uma coisa que é ainda pior do que o comunista, que o Jeffrey Nyquist chamou de “o bolchevismo de direita”. E não são apenas idéias, tornaram-se um esquema de poder fundado em uma força militar e econômica monstruosa. Não são planos para o futuro, já estão em plena execução de algum modo, de maneira que mais dia menos dia, veremos seu resultado histórico, e então haverá choro e ranger de dentes. E esta oportunidade que o debate me deu de examinar as idéias do homem com mais atenção me deixou ainda mais alarmado.

Pelos trechos da mensagem que lerei e comentarei, será possível termos uma idéia da *forma mentis* do Duguin, hoje considerado o pensador russo mais importante e influente.

O que respondeu o prof. Duguin à minha refutação do contraste mecânico entre individualismo e coletivismo”? Nada.

Que respondeu à minha demonstração de sentimento “holístico” de solidariedade comunitária está mais vivo nos EUA do que em qualquer país do bloco eurasiano? Nada.

À minha comparação das maldades respectivas dos EUA, da Rússia e da China? Nada.

Às minhas explicações sobre a natureza da ação histórica e a identidade dos verdadeiros agentes da história? Nada.

À minha sondagem do conflito estrutural que transforma a Igreja Ortodoxa em instrumento dócil de qualquer projeto imperialista russo? Nada.

Ele preferiu fugir de todas as questões decisivas e, simulando dignidade ofendida, sair do palco batendo pezinho como uma *prima donna* de cabaré e ainda diz que o histérico sou eu.

De passagem foi roendo pelas beiradas, tocando em pontos secundários da minha mensagem, aos quais também não respondeu satisfatoriamente, limitando-se a bater no peito arrotando superioridade e a me atribuir idéias que não tenho, que foram inventadas por ele mesmo com a finalidade de impugná-las facilmente e cantar vitória numa batalha imaginária.

É claro que não vou dar o troco na mesma moeda. Meus dons teatrais são nulos ou desprezíveis como atestava com a autoridade soberana de ex-aluno de Stanislavski, o grande ator e diretor russo-brasileiro Eugênio Kusnet, ao declarar, com razão, que eu era o pior aluno do seu Curso de Teatro, o qual, para grande alívio dele, aliás freqüentei por mera curiosidade, sem nenhum intuito maligno de impor ao público as minhas abomináveis *performances*.

Em compensação, sou um adestrado estudioso e praticante da arte de argumentar, sobre a qual publique dois livros pioneiros (sem contar uma infinidade de cursos). Como tal, sei o que é um debate, e não é aquilo que o prof. Duguin imagina que seja, isto é, uma gesticulação circense destinada a fazê-lo parecer bonzinho e a afivelar no rosto do adversário uma máscara repugnante. Isso é apenas disputa de vaidades, um jogo besta que, para mim, tem tanto interesse quanto uma luta de minhocas por um buraco no solo.

O que vou fazer aqui é responder ao prof. Duguin ponto por ponto, com uma meticulosidade sistemática de quem não quer destruí-lo, mas retirá-lo da turva confusão [00:10] em que se afoga. Nas linhas que se seguem, cada desconversa escorregadia do prof. Duguin será cuidadosamente reconduzida às questões centrais que ele tentou evitar, e respondida com franqueza direta, sem poses nem caretas.

Para facilitar a leitura, dividi o texto do prof. Duguin em sessenta parágrafos numerados (incluindo as citações que ele faz da minha segunda mensagem), que aqui reproduzo em letras menores, fazendo-a seguir das minhas respostas.

A extensão desta mensagem não advém de nenhum prazer erótico que eu sinta em redigir textos compridos, mas do simples fato de que — citando a mim próprio pela milésima vez — a mente humana é constituída de tal forma que o erro e a mentira sempre podem ser expressos de maneira mais sucinta que a sua refutação. Uma única palavra falsa requer muitas para ser desmentida.

1 §. Desapontamento

Diz o prof. Duguin:

Para dizer a verdade, estou um pouco desapontado com esse debate com o Sr. Olavo de Carvalho. Pensei que encontraria nele um representante dos filósofos tradicionalistas brasileiros na linha de René Guénon e Julius Évola, mas acabou se revelando que ele era uma coisa muito diferente e, na verdade, muito esquisita.

Vejam só que esquisito: ele usa a palavra *queer* que no inglês americano, pelo menos, tem a conotação de veado.

Da minha parte, não estou desapontado. Mesmo chamado de *queer*, um adjetivo cujas conotações o prof. Duguin finge ignorar.

O Duguin é sempre assim, ele faz uma ofensa terrível mas velada de tal modo que, se surpreendido, ele fala: “Não foi a minha intenção”. Então é o difamador tímido. E ele faz isso quinhentas vezes, toda hora diz uma coisa que é terrível. Se você presta atenção, é terrível, mas dita de tal modo que ele sempre pode tirar da reta se pego em flagrante delito. Esse é um dos traços mais notáveis da mente do cidadão.

Mesmo chamado de “*queer*”, agora é que estou gostando deste debate. Quando o meu oponente começa a ficar enfezado, apelando a rotulações pejorativas, blefes descarados e argumentos de autoridade, sem responder praticamente nada à substância do que eu disse, começo a entender que eu tinha até mais razão do que eu imaginava de início.

Fico especialmente feliz quando meu contendor usa palavras, que contrastam de tal modo com a sua conduta real, que não preciso, para desmenti-lo por completo, senão apelar ao testemunho de suas próprias ações.

O prof. Duguin é um pregador ostensivo da guerra e do genocídio. Ele confessa que odeia o Ocidente inteiro e que tem por objetivo declarado provocar uma Terceira Guerra Mundial, varrer o Ocidente da face da Terra e instaurar por toda parte algo que ele mesmo define como uma ditadura universal.

Ele não diz nada disso no decorrer do debate, porém isso está muitíssimo bem documentado em um dos livros de sua autoria, intitulado *A Grande Guerra dos Continentes*, que é um livro que eu pretendo comentar na última mensagem ou até depois do debate.

Ele já disse que nada o entristece mais que o fato de Hitler e Stálin não terem se aliado para destruir a França, a Inglaterra e tudo o mais que encontrassem pela frente, distribuindo ao universo inteiro os benefícios que já haviam prodigalizado aos internos do Gulag e de Auschwitz.

Ele disse isso na entrevista à revista polonesa *Fronza*. Não leio polonês, mas uma amiga minha teve a amabilidade de me traduzir esta entrevista, e vou colocá-la no meu site por extenso, em inglês, daqui a alguns dias.

Quando um homem com essas idéias me chama de agressivo e odiento, não posso senão concluir que estou diante de um exemplo vivo de delírio de interpretação, um dos traços definidores da mentalidade revolucionária, sentindo-me satisfeito como o dr. Charcot quando, diante da platéia acadêmica, suas pacientes reagiam exatamente conforme o ponto de psiquiatria clínica ele desejava ilustrar.

Charcot punha as pacientes assim e dizia: “Quer ver? Ela vai reagir de tal, tal e tal maneira”, daí dizia uma coisa, fazia alguma coisa, e a mulher reagia exatamente como ele dizia. Eram quase todas mulheres, pacientes de histeria. Ele mostrava aquilo diante da platéia, e elas faziam exatamente o que ele esperava que fizessem.

2 §. Ataques

Estou também triste com seus ataques histéricos e agressivos contra meu país, minha tradição e eu mesmo pessoalmente.

(1) Não, prof. Duguin. Quem atacou o seu país e a sua tradição não fui eu. Foram Lênin e Stálin, que o senhor considera preferíveis a Ronald Reagan e até a Barack Obama. Eu me limitei a dizer o óbvio: que todos os russos que aplaudiram aqueles dois deveriam trabalhar para pagar indenizações aos familiares de suas vítimas. Isso é ofensivo? Ou a Justiça foi feita só para os alemães, tendo os russos e os chineses um certificado celeste de imunidade? Da sua tradição religiosa eu também não disse nada que o senhor já não tivesse dito antes: que é uma religião estatal, que tem por chefe o czar ou quem estiver no lugar dele, que portanto não pode se expandir para fora de suas fronteiras senão pela ocupação político-militar de terras estrangeiras. Que o senhor tem feito senão demonstrar isso com uma constância notável?

Isto é a coisa mais notável do mundo, porque se o chefe da religião é o czar, é o governante, então evidentemente a obediência à Igreja pressupõe a obediência ao czar. Então não é tão fácil aderir à Igreja Ortodoxa russa como aderir à Igreja Católica. Você pode aderir à Igreja Católica em qualquer lugar do mundo e continuar seguindo ou sendo governado pelo seu país, por quê? Porque o Papa não é um governante civil. Existe uma superposição e até toda uma dialética entre a autoridade espiritual e o poder temporal, mas eles não se identificam de maneira alguma. Contudo, caso estejam absolutamente fundidos, então seguir a autoridade espiritual é a mesma coisa que obedecer ao poder temporal. De modo que na prática não há possibilidade de você aderir à Igreja Ortodoxa russa sem que venha a se tornar de algum modo um súdito do czar. E é por isto mesmo que a ortodoxia russa jamais se expandiu para fora do território russo, não tem jeito. Isso aí o próprio Duguin disse e eu também disse. O que tem de ofensivo? Quer dizer, se eu repito o que você disse, eu estou lhe ofendendo?

By the way, se o senhor acredita mesmo em holismo e coletivismo, tem de admitir que não faz sentido individualizar as culpas dos políticos, absolvendo ao mesmo tempo a entidade coletiva que lhes deu força e apoio. Ou somos todos indivíduos livres e responsáveis, e neste caso as culpas têm de ser avaliadas indivíduo a indivíduo — mas o senhor considera isso uma abominável ideologia Ocidental —, ou então, meu filho, a coletividade cuja alma se projeta e se condensa num Stalin ou num czar é culpada dos atos de Stálin e do czar.

Quer dizer, esse problema da responsabilidade coletiva foi abundantemente discutida no que diz respeito à Alemanha e chegou-se à conclusão, certa ou errada, de que de algum modo a população alemã era responsável pela ascensão do Hitler, porque ela lhe deu apoio total, mesmo depois de saber tudo o que o sujeito estava aprontando. A maioria dizia “não, eu não sabia”. Não sabia, mas tinha a obrigação de saber. Então é como o pessoal daqui que votou no Barack Obama, são todos culpados por esta coisa.

Nem sempre é uma culpa definível juridicamente, mas no mínimo, há uma culpa moral. E se é culpa moral, então não haverá uma penalidade criminal pelo que fez, mas pelo menos ter de trabalhar, como todo o mundo, para pagar indenização para as vítimas, vai ter de fazer.

(2) É bem significativa, aliás, a sua escolha da palavra “*attack*” em vez de “*offend*” ou “*insult*”, muito mais adequados para designar uma investida meramente verbal. (Ele não diz que eu estou insultando, ele diz que eu estou atacando). O prof. Duguin prega abertamente a destruição.

Anteriormente, falei em delírio de interpretação, para quem não sabe, trata-se de um quadro patológico descrito pelo psiquiatra francês Paul Sérieux, em 1909, no livro *Les Folies Raisonantes* (As Loucuras Raciocinantes). E o delírio de interpretação se distingue das demais formas delirantes porque ele não comporta perturbações sensoriais, quer dizer, não é que o sujeito veja coisas, ele não vê coisas, mas apenas remaneja de maneira mórbida os dados da situação. Mais ou menos como Wilhelm Reich quando ficou maluco: via o avião passando e acreditava que o avião vinha para jogar uma bomba nele. Ele não estava vendo nada, sensorialmente estava normal, só estava interpretando a situação de maneira mórbida.

É bem significativa, aliás, a sua escolha da palavra “*attack*” em vez de “*offend*” ou “*insult*”, muito mais adequados para designar uma investida meramente verbal. O prof. Duguin prega abertamente a destruição **100:20** do catolicismo pela força, por meios militares e policiais, especialmente nos países do Leste Europeu (ele declarou isso nessa mesma entrevista à revista *Fronde*), onde a Igreja Católica já sofreu toda sorte de perseguições e restrições. É compreensível que, alimentando este sonho sangrento, ele se sinta “atacado” ao menor sinal de uma crítica que um homem desarmado faça à Igreja Ortodoxa sem a menor intenção de suprimi-la do mapa.

Nunca disse que a Igreja Ortodoxa tem de ser extinta ou proibida, nada disso. Só fiz uma coisa que, aliás, não é nenhuma crítica, mas apenas uma descrição de um problema estrutural que a acompanha por sua existência, que é a identidade entre a autoridade espiritual e o poder temporal.

“É também altamente significativo que, após essa reação desproporcional, histérica no sentido mais literal e técnico do termo, ele diga que o histérico sou eu. A mente revolucionária vive de inculpação projetiva (mais adiante, mais comentários sobre isto)”.

3 §. Surpresa

É algo que eu não estava preparado para encontrar.

Oh, não mesmo. Com as suas bazucas e tanques, ele estava preparado para estimular a matança de algumas centenas de milhões de pessoas, mas jamais poderia esperar que uma delas reclamasse um pouco.

É a mesma coisa que pregar nazismo no gueto judeu e prega o nazismo e, quando os judeus reclamarem, dizer: “Ah, eu não estava preparado para isso”.

4 §. Insulto e revide

Se eu conhecesse as suas maneiras de conduta melhor antes, eu não teria concordado em participar deste debate.

O primeiro a insultar foi o prof. Duguin, e eu tenho o péssimo hábito de revidar. Não há insulto pior do que a insinuação semivelada, no estilo do melhor

intrigante de ópera bufa. O prof. Duguin tentou me apresentar aos meus compatriotas como um traidor da pátria, um inimigo do meu país. Um país no qual ele nunca esteve, do qual sabe quase nada e cujo apoio agora ele pretende conquistar na base da lisonja barata, sem avisá-lo que no Império Eurasiano Universal, dificilmente terá sorte melhor do que teve a Ucrânia sob domínio russo ou o Tibete sob a ocupação chinesa. Esperava ele que, depois disso, eu lhe devolvesse um tapinha com luvas de pelica? Quem me conhece sabe que odeio as meias palavras, o veneno doce, a intriga pérfida sussurrada em tom melífluu. Se você quer discutir comigo, ou me respeite ou não fique depois choramingando que está com dor de barriga. Seja homem.

Porque agora, já que o sujeito veio com ofensa, agora vamos botar para quebrar mesmo. Agora todas as normas de polidez já foram para o brejo, ótimo! Esse negócio de insinuação, de coisa velada, eu não me sinto à vontade com isso, agora, se é para xingar, para mandar para aquele lugar, é comigo mesmo.

5 §. Delícia

Eu vou continuar o debate só por causa de algumas obrigações em frente ao grupo de gentis jovens brasileiros tradicionalistas que me convidaram a entrar neste desagradável tipo de diálogo.

Por que desagradável? Isto está uma delícia!

6 §. Tudo é política?

Daí ele se refere àquele parágrafo onde eu disse que a ciência política começou no instante em que Platão e Aristóteles fizeram a distinção entre o ponto de vista do agente e o ponto de vista do observador científico.

Essa tese foi derrubada por Marx na sua análise da ideologia como a base implícita da própria ciência. Não sendo eu mesmo, estou seguro de que essa observação de Marx é correta. (...) Eu argumento que esta distinção é simplesmente impossível. Não existe um lugar no reino do pensamento que possa ser perfeitamente neutro em termos políticos. Todo pensamento humano é politicamente orientado e motivado.

Por essa, eu é que não esperava. Cresci ouvindo essa patacoada do engajamento inevitável, da politização universal de todos os atos humanos, e não imaginava que o prof. Duguin tentaria me intimidar com essa pegadinha, um chavão sem sentido que nenhum filósofo com algum treinamento pode levar a sério nem por um minuto. Como toda expressão de ignorância grossa, essa traz em si, condensada e compactada, uma multidão de confusões que só a educação ao longo do tempo pode desfazer.

Esse é um dos problemas que a gente sempre encontra num debate: a sua idéia não pode ser refutada com argumentos, ela requer toda uma educação que o outro não tem. Então, às vezes fica difícil, quer dizer, a ignorância num debate é sempre uma arma terrível porque se a pessoa não entende o que o outro está falando, ela jamais vai poder ceder diante dele.

Não tenho a menor intenção de sanar as falhas da educação do prof. Duguin (falhas monstruosas, como vocês vão ver daqui a pouco), mas, só a título de sugestão eu dou aqui uma breve lista de questões às quais ele faria bem em lhe consagrar alguma atenção nos próximos anos. Vejamos:

(1) *“Todo pensamento humano é politicamente orientado e motivado”* é uma afirmação baseada na mera confusão entre conceito e figura de linguagem. Todos os atos humanos “podem”, em tese e idealmente, ter alguma relação mais próxima ou mais remota com a política, mas nem todos podem ser “politicamente orientados e motivados” no mesmo grau e no mesmo sentido. Nenhuma intenção política me move quando eu vou ao banheiro, visto minhas calças, tomo refrigerante, como um sanduíche, ouço uma cantata de Bach, arrumo os papéis no meu escritório ou corto a grama no meu jardim (a não ser que o propósito de evitar a invasão de cobras seja um preconceito político contra estas gentis criaturas). A ligação dos atos humanos com a política distribui numa escala que vai de 100 por cento a algo como 0,000000001 por cento. Quando, por exemplo, George W. Blush fazia pipi seria isto um ato político no mesmo grau e no mesmo sentido da declaração de guerra ao Iraque?

Com toda evidência, a proposição *“todo pensamento humano é politicamente orientado e motivado”* salta da mera notícia de uma participação que pode ser vaga e remotíssima à afirmação peremptória de uma identidade substancial perfeitamente inexistente e de uma igualdade quantitativa impossível. Não é um conceito. É uma figura de linguagem, uma hipérbole. Como tal não descreve nenhuma realidade objetiva, mas a ênfase que o falante deseja imprimir ao assunto, numa escala que pode ir da mera demanda de atenção até a abolição psicótica do senso das proporções. A declaração do prof. Duguin inclui-se claramente nesta última alternativa.

(2) Todos os atos humanos, por definição, participam em grau maior ou menor, de todas as dimensões não só da vida humana, mas da existência em geral (quer dizer, tudo participa da dimensão, digamos, econômica, sociológica, cultural, psicológica, etc. e etc.). Nenhuma participa delas todas no mesmo nível e com a mesma intensidade. Assim, afirmações como do tipo “tudo é física”, “tudo são átomos”, “tudo é psicologia”, “tudo é biologia”, “tudo é teatro”, “tudo é jogo”, “tudo é religião”, “tudo é vontade de poder”, “tudo é economia”, “tudo é sexo” e *“todo pensamento humano é politicamente orientado e motivado”* são ao mesmo tempo irrefutáveis e vazias. Não podem ser contestadas porque não dizem nada.

(3) A Afirmação *“Não há lugar no reino do pensamento que possa ser perfeitamente neutro em termos políticos”* é uma confusão primária entre gênero e espécie: entre a política como uma das dimensões gerais da existência e as várias disputas políticas em especial, historicamente existentes aqui e ali. Ainda que se aceitasse *ad argumentandum* a hipótese de que todos os atos humanos são políticos, isso não implicaria de maneira alguma a conclusão de que cada ser humano tem de tomar posição em todas as disputas políticas que se travam no seu tempo. A possibilidade mesma de tomar posição (prestem atenção, isto é importantíssimo, é básico da história) implica a seleção prévia de quais disputas são relevantes e quais são indiferentes ou falsas. A neutralidade ante uma multidão de questões políticas é não somente possível, mas é uma condição indispensável para a tomada de poder em qualquer uma delas em particular.

Ou seja, é impossível o sujeito se interessar por todas as disputas políticas simultaneamente no mesmo grau, algumas para ele são irrelevantes. Por

exemplo, quem vai ser prefeito de São Tomé das Letras no ano que vem? Não ligamos para isto, então não tomamos posição naquilo porque não nos parece relevante. Agora, para quem está em São Tomé das Letras isso pode ser o centro do problema universal. Isto quer dizer que a tomada de posição numa disputa implica necessariamente a neutralidade numa multidão [00:30] de outras questões, a neutralidade faz parte da estrutura da tomada de posição. Então, quer dizer, se não existisse neutralidade, não poderia haver tomada de posição.

Note que o prof. Duguin, como tantas pessoas hoje em dia, que raciocinam a partir apenas do significado dicionarizado das palavras, sem conseguir elaborar um conceito no confronto com a experiência real, ou seja, não é capaz de se perguntar quais são as condições necessárias para que aquilo que está afirmando exista não somente o reino das palavras, e sim como realidade. O que é preciso para transformar isto em realidade?

Por exemplo, a definição de tomada de posição: quais são as condições para que se tome uma posição? Em primeiro lugar, é preciso escolher em qual disputa tomar posição. Se tiver de tomar posição simultaneamente em todas as disputas, o sujeito está paralisado. Existe uma hierarquia de importância, e esta é a primeira escolha que deve ser feita antes de se tomar uma posição.

(4) Não posso crer que o prof. Duguin seja ingênuo ao ponto de ignorar que a definição dos objetivos do jogo político e a delimitação dos campos são elas, próprias atitudes políticas fundamentais. “Moldar o debate” é o meio mais rápido e eficiente de vencê-lo por antecipação. Uma vez delineada uma disputa política, nada impede que um cidadão, em vez de tomar partido de um time ou de outro, rejeite a disputa mesma e proponha, em lugar dela, uma outra completamente diversa, desprezando a primeira não somente como irrelevante, mas falsa, e recusando-se portanto a optar entre contendores que, na sua opinião, são apenas sombras projetadas na parede para iludi-lo. Neste caso, ele tem de permanecer neutro na disputa alheia precisamente para poder tomar partido na sua própria.

Então é assim: se você não tem condição de dizer “esta briga não é minha, a minha briga é aquela outra”, então você não tem capacidade de escolher. Quem não tem capacidade de escolher entre disputas também não tem capacidade para escolher entre os disputantes.

Este mesmo debate exemplifica isso de maneira superlativamente clara. O prof. Duguin, tal como os globalistas ocidentais, quer me forçar a optar entre “o Ocidente e o resto”, berra que ninguém pode permanecer neutro nessa disputa e insiste que todos temos até mesmo de aceitar tranquilamente para resolvê-la, a perspectiva singela de uma Terceira Guerra Mundial, forçosamente muito mais vasta e destrutiva que as duas anteriores.

Do meu ponto de vista, ainda que a população inteira do planeta engolisse esta proposta e decidisse se alistar num dos dois exércitos, isso não tornaria a disputa moralmente legítima, não provaria ser ela uma fatalidade histórica incontornável nem muito menos faria dela uma expressão adequada dos verdadeiros antagonismos que dividem a espécie humana.

Por que, aliás, deveria a escolha fundamental ser de ordem geopolítica e não, por exemplo, moral ou religiosa?

Toda a descrição que ele faz do mundo é descrição de um conflito eterno entre atlantismo e eurasismo, e ele diz que aí todo mundo tem de tomar posição. Mas e se eu não achar que esta é a questão fundamental, por que eu vou ter de tomar posição numa disputa que, aos meus olhos, é imaginária e que está apenas encobrendo outras disputas muito mais verdadeiras, genuínas e fundamentais?

Por que deveriam os bons e os maus estar distribuídos em fronteiras geográficas separadas, em vez de espalhar-se um pouco por toda parte, sem qualquer uniformidade nacional ou racial?

Por exemplo, supondo-se que existam os dois blocos — eurasistas e atlantistas —, e se eu achar que há elementos bons e maus nos dois? E que mais ou menos dê empate? Ou seja, que o bem e o mal estejam distribuídos geograficamente de maneira mais ou menos uniforme, ao invés de achar que estão todos os bons de um lado e todos os maus do outro. Por que eu vou tomar posição numa porcaria dessa?

Para mim, muito mais que uma hipotética e artificiosa disputa entre “ocidentais” e “orientais”, o que está em jogo é uma luta mortal entre o globalismo inteiro na sua tripla versão: ocidental, russo-chinesa e islâmica; e os valores espirituais e civilizacionais milenares que serão necessariamente destruídos no curso da luta pela dominação global, pouco importando quem sai “vencedor”.

Na II Guerra Mundial, a Inglaterra saiu nominalmente vencedora, só que o império britânico acabou. E a Alemanha saiu nominalmente perdedora, só que vinte anos depois era a maior potência econômica da Europa. Então quem ganhou? O alemão ganhou.

Esses valores não são “ocidentais”. Quem ignora, por exemplo, que a Igreja Ortodoxa não pode entrar no “projeto eurasiático” sem tornar-se instrumento passivo na mão da KGB (com o nome trocado pela enésima vez), como aliás já se tornou sob a liderança de um patriarca que é notório agente desta instituição macabra? Leiam as obras da grande tradição ortodoxa, como a *Filocalia* ou *Os Relatos de um Peregrino Russo*, e comparem com os discursos ideológicos do prof. Duguin. Que pode haver de comum entre a apoteose da vida contemplativa e a prostituição de tudo aos ditames da luta política? Que acordo pode existir entre Nosso Senhor Jesus Cristo e o demônio?

Do mesmo modo, praticamente tudo se perdeu da espiritualidade islâmica — e até da filosofia islâmica — quando gerações de jovens *enragés* decidiram islamizar o mundo a base de atentados terroristas, inspirados nas doutrinas da Fraternidade Muçulmana, que não passa de uma “teologia da libertação”, de uma politização grosseira daquilo que um dia foi o Islam. Compare os escritos de Mohieddin Ibn ‘A-rabi ou de Jalal-ed-Din Rûmi com os de Sayyid Qutb, mentor da Fraternidade, e terão idéia do que é uma queda abissal.

Portanto, estou dizendo que todos esses valores espirituais orientais ou ocidentais, todos eles irão por água abaixo no caso de um conflito mundial. Da mesma maneira, as duas guerras anteriores já destruíram tanta coisa preciosa.

A politização geral da vida — um dos traços típicos da modernidade ocidental que o prof. Duguin diz odiar, mas da qual, como veremos adiante, é um escravo ideológico inerte e passivo — teve também, é claro, resultados espiritualmente desastrosos no Ocidente. A degradação do judaísmo pelo liberalismo modernizante desde o início do século XIX, descrita pelo rabino Marvin Antelman, no livro *To Eliminate the Opiate*, foi uma espécie de laboratório em miniatura que preparou a operação idêntica realizada no século XX, em escala muito maior, na Igreja Católica, culminando no desastre completo do Concílio Vaticano II. Quanto às igrejas protestantes, quem não sabe que o Conselho Mundial das Igrejas, que congrega tantas delas, é uma instituição comunista, e que as não infectadas de comunismo estão doentes de “teologia da prosperidade” tão materialista quanto o comunismo?

Essa degradação desses valores já está em curso e, no caso de uma guerra mundial, isso seria acelerado de uma maneira brutal.

Em todos esses casos vale a advertência de Eric Voegelin: *“A forma moderna pela qual uma democracia de massas é organizada [aí incluídas até prioritariamente as democracias totalitárias da Rússia, da China e do mundo islâmico] é espiritualmente a mais perigosa para o indivíduo pessoalmente, pois a propaganda política enche o seu espírito com clichês abstratos que são infinitamente distantes de qualquer genuinidade essencial da vida pessoal e, portanto, nega radicalmente os traços melhores e únicos do ser humano inteiro”*.

Diante de fatos como esse, o homem que está mais interessado na vida eterna do que na vida política, muito provavelmente, em vez de tomar parte na disputa entre globalismos, fará o possível para depreciá-la, desmoralizá-la e diluí-la na disputa maior entre a Cidade de Deus e a Cidade dos Homens, nesta última, incluída o Consórcio, o Império Eurasiano e o Califado.

Minha briga é essa, e não aquela que o prof. Duguin deseja me envolver contra a minha vontade, vestindo em mim a camisa-de-força de um partido que não é o meu, nem nunca poderia ser, torcendo para isso o sentido das minhas palavras até fazê-las dizer o contrário do que dizem e fazendo-me assim a mais grave das ofensas que se pode fazer a um filósofo: negar a individualidade das suas idéias e reduzi-las a cópias de discursos coletivos que ele despreza.

(5) Com ares de quem revela uma verdade universalmente conhecida a um caipira para quem ela é novidade absoluta, o prof. Duguin me informa que a distinção platônico-aristotélica entre os pontos de vista do agente e do observador já não vale porque foi derrubada por Karl Marx. O prof. Duguin escolheu o cliente errado para vender o seu produto. Duas décadas atrás já examinei criticamente essa presunção da doutrina marxista e demonstrei a sua completa absurdidade no meu livro *O Jardim das Aflições*, no capítulo sobre Epicuro e Marx, ao qual remeto os interessados, dispensando-me de repetir aqui o que já expliquei ali. Karl Marx não “derrubou” coisa nenhuma; apenas armou sob o nome de *práxis* uma confusão psicótica entre teoria e prática, da qual muitos intelectuais ainda não se refizeram. [00:40] Se o prof. Duguin vem brandir essa confusão diante dos meus olhos como se fosse uma verdade definitivamente conquistada — tão definitivamente conquistada que, para desarmar o antagonista, basta citá-la por alto sem precisar sequer argumentar em favor dela —, ele só demonstra que ele próprio jamais a examinou criticamente, limitando-se a incorporá-la como dogma na sua ideologia pessoal. Nasce um otário por minuto, já ensinava P. T. Barnum.

(6) Além da obviedade acima destacada, de que para tomar posição numa única disputa é preciso permanecer neutro numa multidão de outras disputas — de modo que a negação de toda neutralidade traria consigo a impossibilidade de tomar uma posição —, resta o fato de que mesmo na mente de um agente em particular, seja ele o mais ativo e engajado dos agentes, o ponto de vista da observação teórica tem de permanecer formalmente distinta do ponto de vista do planejador de ações ou do agitador de massas, ou seja, o agente tem de ser observador neutro primeiro para em seguida poder agir sobre uma situação que domina intelectualmente.

Farei uns parênteses neste ponto: um dos elementos fundamentais da aquisição da técnica filosófica é o entendimento de (1) quais são os conceitos realmente universais ou conceitos de entes objetivos em particular e (2) quais são os conceitos cujo conteúdo é essencialmente dialético, ou seja, oposições nas quais nenhum dos pólos referidos tem uma existência substancial por si, mas são conceitos que vivem da sua oposição, e nas quais cada um dos termos contém outro dentro de si — mais ou menos como o negócio do yin e yang cuja parte preta tem uma bolinha branca e a parte branca tem uma bolinha preta — para não dizer que os chineses ignoravam essa lógica.

Por exemplo, conceitos como egoísmo e altruísmo — já escrevi alguma coisa sobre isso, a respeito da Ayn Rand — para provar que eles não expressam realidades substanciais, mas apenas uma oposição dialética na qual os termos ao mesmo tempo se opõem e se interpenetram, basta conceber o que seria o ato totalmente egoísta, 100% egoísta. Por exemplo, quando digo que um elefante é um elefante, eu digo que ele é 100% elefante, ele não é parcialmente girafa, ou o prof. Duguin, ou eu, nem um cachorro, nem um pacote de ações da Bolsa de Valores; ele é 100% um elefante. Agora, quando digo um ato egoísta e um ato altruísta, tentem fazer com o que o egoísta seja 100% egoísta.

Um ato egoísta é aquele em que o sujeito só tem a satisfação para ele mesmo, para mais ninguém, ele não compartilha o benefício com mais absolutamente ninguém. É a solidão absoluta, é a sua auto-exclusão do mundo humano, a desgraça total. Quer dizer, o egoísmo se levado as suas extremas conseqüências, ele se volta contra ele mesmo. E do mesmo modo o altruísmo: tente conceber um ato que seja 100% altruísta. Altruísta é aquele ato que só beneficia os outros e não traz nada de bom para o autor. Ou seja, você vai fazer todo o benefício para os outros e você leva somente o prejuízo. Eu digo: Mas você não tem sequer a satisfação de ter feito o bem para outras pessoas? Não, não pode porque isso aí seria egoísmo. É claro que esse ato altruísta não existe, nem Jesus Cristo que sacrificou a sua própria vida pela nossa salvação foi 100% altruísta, porque o que ele ganhou com isso? Primeiro, Ele ganhou todos nós, Ele ganhou o universo inteiro. E vai dizer que Ele não sabia? Então nem Jesus Cristo pode ser 100% altruísta.

Este par de elementos opostos — egoísmo e altruísmo — só existe dialeticamente, não existe substantivamente. Este é praticamente o item um do estudo da dialética. Do mesmo modo, o par de opostos, que o prof. Duguin tanto trabalha nas suas obras — atlantismo e eurasismo. São pares de opostos dialéticos, não substantivos; e não de uma oposição substancial, mas meramente dialética. Para que existam atlantismo e eurasismo, é necessário

que existam elementos de eurasismo dentro do atlantismo e vice-versa. Por isso, essas coisas nunca podem ser tratadas como substâncias, como entidades reais, são apenas tensões dialéticas. Estas tensões dialéticas existem enquanto tais, mas os pólos não existem substantivamente.

O agente tem de ser observador. Do mesmo modo esta oposição entre o agente e o observador também é uma oposição dialética.

Testemunha-o, o próprio prof. Duguin, quando linhas adiante, confessa: *“Nos meus cursos na Faculdade de Sociologia da Universidade Estatal de Moscou, onde eu presido a cátedra do departamento de Sociologia das Relações Internacionais, nunca professo minhas opiniões políticas e sempre forneço o pleno espectro das possíveis interpretações políticas dos fatos, mas não insisto num ponto de vista concreto, sempre enfatizando que existe uma escolha.”*

O que ele está fazendo? Está agindo como observador científico, ou seja, ele dá todo o leque das escolhas possíveis, depois você escolhe ou não escolhe.

O que é isto senão a reprodução com outras palavras, do que eu havia dito na minha segunda mensagem? Leiam-na de novo, por favor: “É certo que, com o tempo, os agentes políticos podem aprender a usar certos instrumentos do discurso científico para seus próprios fins; é certo também que o observador científico pode ter preferências pela política deste ou daquele agente. Mas isso não muda em nada a validade da distinção inicial: o discurso do agente político visa a produzir certas ações que favoreçam a sua vitória, o do observador científico, a obter uma visão clara do que está em jogo, compreendendo os objetivos e meios de ação de cada um dos agentes, a situação geral onde a competição se desenrola, quais seus desenvolvimentos mais prováveis e qual o sentido dos acontecimentos no quadro mais amplo da existência humana.”

Ele está dizendo a mesma coisa que eu, então por que ele está reclamando?

Em suma: quando o prof. Duguin fala como observador científico, ele tenta compreender a situação. Quando fala como agente, tenta produzir ações que levem à vitória do seu partido. E quem, ó raios, não faz a mesma coisa? Os meios intelectuais e verbais da observação científica são tão diferentes do meio de ação política que a eficácia mesma desta última exige a separação preliminar dos dois pontos de vista, sem a qual a sua articulação posterior no plano da prática seria só confusão, mentira e auto-engano sem fim, como a história do movimento marxista o demonstrou com sobra de evidência (reporto-me aqui de novo ao livro *O Jardim das Aflições*).

Para quem não tem o livro, este capítulo Epicuro e Marx está reproduzido no meu web site.

Se o prof. Duguin, na sua atividade acadêmica, segue a mesma distinção que eu sigo, ele obviamente não acredita em si próprio quando diz que esta distinção foi “derrubada por Karl Marx”.

A única diferença que poderia haver entre nós, no caso — e digo “poderia” porque ela não tem de existir necessariamente — é que ele assegura que, após obtida uma descrição suficientemente clara das forças em disputa, isto é, uma vez terminado o serviço do observador científico, é preciso fazer uma escolha e “essa escolha é não somente a liberdade, mas também a obrigação. Você está livre para escolher, mas não está livre para não escolher”.

Ora, a obrigação de tomar posição não pode ser absoluta. É relativa por definição. Ela só vale se aceitarmos que a descrição científica é veraz, que ela é a única possível ou pelo menos a mais acertada de todas e que a disputa que ela descreve é tão importante, tão vital para o destino humano, que toda recusa de tomar posição nela seria uma covardia imperdoável. Ora, bolas, quantos professores universitários podem se gabar de ter alcançado uma descrição tão certa e definitiva da realidade, um equacionamento tão certo dos antagonismos essenciais, que quem quer que os ouça está moralmente obrigado a tomar posição nos termos da oposição que ele definiu? Na minha modesta opinião, só quem conseguiu uma descrição tão acertada e final foi Nosso Senhor Jesus Cristo, quando disse que tínhamos de escolher entre Ele e o Príncipe deste Mundo. Os professores universitários, em geral, [00:50] projetam sobre o auditório o conflito que se agita nas suas almas.

É exatamente o que estou fazendo aqui, quer dizer, há certas questões que para mim são muito importantes, então as exponho para vocês. Mas não lhes posso garantir que esteja a oferecer-lhes a escolha final, definitiva. Espero que as alternativas aqui sejam importantes, mas não posso garantir, ou afirmar que esta é a questão essencial, nem afirmar que o seu destino eterno depende de tal coisa.

Os professores universitários, em geral, projetam sobre o auditório o conflito que se agita nas suas almas, e só os mais presunçosos dentre eles proclamam que é o conflito essencial do mundo, ante o qual ninguém tem o direito de permanecer neutro. A pergunta que aí surge fatalmente é: e se a descrição for falsa? Se discordo da descrição, por que hei de tomar partido numa disputa que é hipotética, que só existe na cabeça do meu professor e que não corresponde aos fatos como eu os enxergo? Por que não terei eu o direito de permanecer neutro entre hipóteses professorais e escolher eu próprio a minha briga? Ainda uma vez, a neutralidade se revela não somente possível, mas uma condição necessária da tomada de posição.

Ou seja, entre a participação e a neutralidade existe o mesmo jogo dialético que existe entre egoísmo e altruísmo, entre atlantismo e eurasismo etc. Só que o sujeito que não sabe lidar com essas coisas, que não percebe isso, evidentemente é um amador, um recém-chegado na filosofia, o sujeito que não aprendeu nem o beabá, não leu nem Platão. Mais adiante veremos que ele não entende nada de platonismo, é analfabeto.

O prof. Duguin não compreende essas sutilezas. Escorado na autoridade infalível de Karl Marx, ele espera seriamente que o mundo aceite a sua regra do jogo e, sem mais delongas, se inscreva num dos times. Eu, da minha parte, tenho mais o que fazer. Sem nenhuma intenção de ofensa, devolvo em branco o formulário de inscrição.

7 §. A vontade de poder

A vontade de poder permeia a natureza humana em suas profundezas. A distância evocada pelo Sr. Carvalho é ontologicamente impossível. Platão e Aristóteles foram ambos politicamente engajados não somente na prática, mas na teoria.

(1) O prof. Duguin declara ser o apóstolo do Absoluto, da Tradição, do Espírito (contra relativismo, o modernismo ocidental, etc. e etc.), mas ele não pode sê-lo de maneira alguma, desde o momento em que decreta o primado do político e nega a autonomia (ou até a possibilidade mesma) da vida contemplativa, reduzindo-a a instrumento ou camuflagem da “vontade de poder”. A hipótese, por exemplo, de que Santa Teresa contemplando Nosso Senhor Jesus Cristo estivesse fazendo política ou exercendo a “vontade de poder”, reflete a mesma confusão, já assinalada aqui entre participação remotíssima e igualdade quantitativa.

(2) Desfeita essa confusão, não é verdade que *“Platão e Aristóteles fossem ambos politicamente engajados não somente na prática mas na teoria”*. Platão, na Carta VII, explica que decidiu se dedicar à filosofia precisamente após ter se desiludido com a política. Que a sua filosofia pudesse ter desenvolvimentos políticos posteriores não implica que ela mesma fosse ativismo político, assim como o próprio prof. Duguin, quando descreve uma situação política, não está fazendo ativismo político tal como ele próprio o confirma. Quanto a Aristóteles, sua simples condição de estrangeiro vetava-lhe desde logo qualquer participação na política ateniense, e ao longo das obras que ele nos legou, suas tomadas de posição são tão prudentes e moderadas, isto é, tão neutras politicamente, que puderam inspirar por igual as políticas mais diversas, desde as de Santo Tomás de Aquino até a de Karl Marx (ambos de algum modo se consideravam discípulos de Aristóteles).

(3) O apelo à “vontade de poder” como chave explicativa universal é altamente significativo. Esse *topos* nietzschiano volta à cena sempre que alguém deseja dissuadir-nos de buscar uma solução racional para os conflitos humanos e convidar-nos a participar de um morticínio redentor. O prof. Duguin não esconde que o seu propósito seja precisamente esse. Só que, para realizá-lo, ele precisa, de novo, incorrer na confusão imperdoável de participação escalar e identidade quantitativa. Todos os atos humanos estão permeados de “vontade de poder”? De certo. Mas em que grau? E qual a proporção entre esta força motivacional e as outras envolvidas? Quando você faz sexo com a sua esposa, há certamente aí um tantinho de vontade de poder. Mas, se ele predominar sobre o desejo de prazer, o carinho, o impulso de agradar o ser amado etc., já não será um ato de sexo lícito, será um estupro. Pergunte a sua esposa se ela não percebe a diferença.

A mulher do prof. Duguin sabe disso. Quer dizer, o cara que vai transar com a mulher na base da pura vontade de poder, eu digo, realmente é estupro. Então basta esse exemplo extremo para mostrar que, sim, a vontade de poder permeia de fato todos os atos humanos e todas as reações humanas, mas em graus diferentes e mesclada a outras motivações que não têm nada a ver com isso, de modo que o que faz toda a diferença é justamente a escalaridade.

Onde existe uma escalaridade e onde existe uma oposição dialética não pode haver uma identidade substantiva. Isso é uma coisa óbvia, isso é a lição número um. O princípio mesmo da técnica filosófica está aqui; há de saber lidar com os conceitos, de saber qual é a relação e a tensão entre os seus pensamentos e a realidade da experiência. Essas duas coisas nunca coincidem totalmente e também nunca se separam completamente. Todo o adestramento do filósofo consiste nisso.

Só inventamos os nossos pensamentos, não inventamos a realidade. Em princípio, só o que temos é o nosso pensamento, mas é o problema que os

escolásticos colocavam: isso tem ou não tem um *fundamentum in res*, isto é, um fundamento nas coisas? E qual é este fundamento? E qual é a relação? Qual é a distância maior ou menor que existe entre o seu pensamento e a realidade da experiência? Este é o grande problema sempre.

A apologia da “vontade de poder” como explicação última dos atos humanos não é uma descrição válida da realidade, não é nem mesmo uma teoria, é uma projeção doentia em linguagem fingidamente teórica, de uma compulsão de extinguir todas as demais motivações humanas, especialmente o amor e o desejo de conhecimento. Não espanta que o inventor dessa geringonça fosse um pobre coitado, sem dinheiro, sem prestígio, sem amigos, sem uma namorada sequer, obrigado a socorrer-se de prostitutas que acabaram por infectá-lo da sífilis que o enlouqueceu e matou.

O fim de Nietzsche foi absolutamente deplorável. Nietzsche sempre foi um pobre coitado: não tinha dinheiro, não tinha amigo, não tinha namorada, não tinha coisa nenhuma. Imagina aquele sujeito, naquela pensão miserável, delirando sobre a vontade de poder, logo ele que não tinha poder nenhum. É claro que isso é uma figura de linguagem, uma hipérbole, figura poética criada por Nietzsche, aliás com uma eloquência formidável, mas que não é uma descrição da realidade, é uma ênfase criada por um sentimento, por uma vontade ou até por uma loucura.

8 §. Eurasismo e Comunismo

Daí ele diz que eu caio numa *“identificação completamente ridícula entre eurasismo e comunismo, o que é um testemunho claro da extrema parcialidade do Sr. Carvalho”*.

Eu falo: primeiro, se todo mundo é parcial, por que eu também não posso ser? O que pode haver de errado nisso aí? Daí vem a minha resposta:

Nunca *identifiquei* eurasismo e comunismo, ao menos do ponto de vista ideológico, embora inclua ambos na categoria dos movimentos revolucionários, no sentido preciso que dou a este termo (quer dizer, no sentido que tem naquela aula que está lá transcrita no Inter-American Institute, sobre a estrutura da mentalidade revolucionária). No entanto, política não é mero confronto de ideologias. É disputa de poder por grupos humanos bem concretos e definidos. O prof. Duguin não será cínico o bastante para negar que o grupo atualmente no poder na Rússia é o mesmo que dominava o país no tempo do comunismo. Substancialmente é a KGB (ou FSB, que a mudança periódica de nome jamais mudou a natureza desta instituição).

A KGB já mudou de nome umas vinte vezes. A todo instante as pessoas vem me dizer a KGB não existe mais. Mas a KGB chamava-se a Tcheka, depois se chamou não sei quê, chamou não sei quê. Mudou de nome, mas a coisa continua a mesma, inclusive funcionando no mesmo lugar. Na verdade, ela mudou de sede, acho que cerca de dez anos antes do fim da URSS, ela mudou de sede, arrumou outra sede muito maior porque os papéis já não estavam cabendo. O Anatoliy Golytsin conta que ele era o funcionário encarregado de examinar [1:00] os dossiês na saída de um edifício e na chegada do outro, e tinham oito bilhões de dossiês, então só o transporte do dossiê levou dez anos. Então, as mudanças de nome não significam nada.

Pior ainda, é a KGB com poder brutalmente ampliado: de um lado, se no regime comunista havia um agente de polícia secreta para cada 400 cidadãos, hoje há um para cada 200, caracterizando a Rússia, inconfundivelmente como um Estado policial; de outro, o rateio das propriedades estatais entre agentes e colaboradores da polícia política, que se transformaram da noite para o dia em “oligarcas”, sem perder seus vínculos de submissão à KGB, concede a esta entidade o privilégio de atuar no Ocidente, sob camadas e camadas de disfarce, com uma liberdade de movimentos que seriam impensáveis no tempo de Stálin ou Khrushchov.

Ideologicamente, o eurasismo é diferente do comunismo. É, como disse Jeffrey Nyquist, o “bolchevismo de direita” (a expressão é maravilhosa). Mas ideologia, como definiu o próprio Karl Marx, é apenas um “vestido de idéias” (*ideen kleid*) a encobrir um esquema de poder. O esquema de poder na Rússia trocou de vestido, mas continua o mesmo — com as mesmas pessoas nos mesmos lugares, exercendo as mesmas funções, com as mesmas ambições totalitárias de sempre.

Ou seja, a hora que desabou o comunismo, está toda aquela cambada lá em cima a dizer: “E agora precisamos arrumar um pretexto ideológico para continuar aqui. O comunismo falhou, nós não podemos mais vir com essa história de luta de classes, internacionalismo proletário, tem de inventar outra”. E daí alguém disse: “Olha, tem o tal do prof. Duguin que inventou um negócio espetacular, que justifica a nossa permanência aqui por mais duzentos anos”. Pronto, compra lá as idéias do Duguin, veste o vestido novo e continua todo mundo no mesmo lugar de sempre.

9 §. Contagem de Cadáveres

A avaliação das forças globais maiores (*a avaliação que eu faço*) é baseada no pressuposto da escala que poderia ser tomada como medida: a quantidade dos seres humanos assassinados.

Uai, e o que é que diferencia um infortúnio pessoal de uma tragédia mundial, senão o número de vítimas? (Quer dizer, ele está contestando que o número de vítima seja significativo). Isto não é presunção, é uma definição mesma dos termos em uso. “Genocídio” é liquidação sistemática de uma comunidade étnica, política ou religiosa. “Democídio” (termo inventado pelo prof. Rummel) é o extermínio de populações civis por iniciativa dos seus próprios governos. Ponto final. Se o número de seres humanos assassinados não serve de medida da gravidade de um genocídio ou de um democídio, por que deveríamos distinguir entre o Holocausto e qualquer homicídio singular cometido por um racista isolado, sem poder de governo? Mais ainda: se a quantidade de vítimas não faz diferença, como distinguir o autor de um só crime de morte e um *serial killer*?

Por definição, o *serial killer* tem de matar mais de uma pessoa. Você não pode matar uma pessoa em série, matar quinze vezes a mesma pessoa.

Onde iria parar com isso a noção de *reincidência* que a jurisprudência universal proclama como sendo um agravante do crime?

Se você faz um crime uma vez, a penalidade é tal. Mas, se você reincide uma vez, duas vezes, três vezes, a penalidade aumenta proporcionalmente. Isto é universal.

Terá sido um erro dos juristas de todos os países e de todas as épocas aumentar as penalidades conforme o número de crimes?

Não por coincidência, são sempre os culpados dos maiores genocídios e democídios os que, num paroxismo de desespero retórico, tentam jogar lama na água, apelando ao argumento absurdo e insultuoso de que os números não fazem diferença.

O prof. Duguin vai até um pouco além, colocando o termo “genocídio” entre aspas atenuantes quando se refere ao *assassinato de 140 milhões de civis desarmados* pelo governo da Rússia e da China, mas usando o mesmo termo sem aspas nenhuma, denotando portanto o sentido literal e preciso, quando fala das mortes em combate, e em número incomparavelmente menor, ocorridas durante as intervenções americanas no Afeganistão e na Líbia.

Quer dizer que um governo matar 70 milhões dos seus próprios civis, dos seus próprios compatriotas civis desarmados não é genocídio. Mas você ter um combate com forças armadas no Afeganistão e na Líbia é genocídio. No primeiro caso, genocídio vem entre aspas, no segundo, não. Quer dizer, que brincadeira é esta?

Daí vem aquele trecho onde ele diz que no seu curso, na Universidade de Moscou, ele distingue entre o que a descrição objetiva da situação e o que é tomada de posição.

10 §. Duguin contra Duguin

Tal como já comentei linhas atrás, aqui o prof. Duguin demonstra, por seu próprio exemplo, que não é possível compreender uma situação política, e muito menos agir nela eficazmente, sem primeiro obedecer a distinção platônico-aristotélica entre o ponto de vista do observador e do agente, distinção à qual linhas atrás ele tinha negado toda validade. Ainda quando o observador e o agente estejam sintetizados na mesma pessoa, as perspectivas desde as quais ele encara os fatos têm de permanecer formalmente distintas e inconfundíveis.

Vejam, essa discussão com o prof. Duguin, para vocês, é um treinamento de técnica filosófica espetacular. Quer fazer as coisas direito? Não faça como o prof. Duguin. Ele faz assim, assim e assim, você faz o contrário e você vai ser um filósofo.

11 §. O dever de escolher

A escolha não é somente liberdade, mas é *obrigação*.
Você está livre para escolher, mas *não está livre para não escolher*.

Voltamos ao tema da escolha forçada. O direito de escolher não significa nada se não implica também o direito de escolher entre várias propostas de escolha.

Por que teríamos a obrigação de escolher precisamente entre as alternativas oferecidas pelo prof. Duguin, sem poder propor alternativas diferentes, um leque diferente de escolhas possíveis? O próprio prof. Duguin, com candura exemplar, exerce esse direito que ele nega aos outros: “Os nacional-bolcheviques (naquela época não havia ainda a proposta eurasiana, ele era um nacional-bolchevique apenas) afirmam o idealismo objetivo e o materialismo objetivo, recusando-se a escolher entre eles.”.

Se ele pode se recusar a escolher, se ele pode manter os dois termos alternativos ao mesmo tempo, quem sou eu para impedi-lo de o fazer? Por que ele seria obrigado a escolher, mesmo num caso onde existe contradição lógica? Se vale o idealismo objetivo, não pode valer o materialismo objetivo, quer dizer, se o mundo objetivamente é constituído essencialmente de espírito, então não pode ser constituído essencialmente de matéria. Mas se ele quer pensar as duas coisas ao mesmo tempo, é problema dele. Quer dizer, nem mesmo onde há uma contradição lógica você é obrigado a escolher, então por que eu sou obrigado a escolher nos termos que ele está propondo?

Foi isso o que eu disse no começo: contra as palavras do prof. Duguin quem dá o melhor testemunho são os seus próprios atos ou outras palavras que ele disse em outro lugar. É aquele negócio que disse o Benedetto Croce: “o erro se desmente *ex ore suo*”, quer dizer pela a sua própria boca.

Só Deus tem o direito de nos impor a escolha derradeira, final, irrecorrível. “Quem não está comigo está contra mim” e “Quem não junta comigo, separa”, disse o Senhor. Desde então, os seus macaqueadores satânicos não param de fingir que têm na mão a escolha definitiva, obrigatória, cristalizada num dualismo macabro. Eu não poderia mostrar o absurdo disso melhor do que o resumiu o Otto Maria Carpeaux num ensaio memorável sobre Shakespeare:

“Durante anos foi a consciência européia maltratada pela suposta obrigação de escolher entre Hitler e Stalin — ‘não há outra alternativa!’ Depois quiseram obrigar a consciência mundial a escolher entre Stalin e Foster Dulles — ‘não há outra alternativa!’ E depois em toda parte continuam impondo-nos essas alternativas, tão parecidas com a luta absurda entre as casas de Montecchio e Capuleto, que é o verdadeiro tema de *Romeu e Julieta*. É esta verdade que Mercuccio reconhece na extrema lucidez da hora da agonia, gritando, e gritamos com ele: ‘*A plague o’ both your houses!*’ (que *A peste cai sobre vossas duas casas*), e amém.”

Se as casas são três em vez de duas, a peste vem em triplo. Nenhum duguinismo do mundo poderá me obrigar a escolher entre o Consórcio, o Califado e o Império Russo-Chinês. Mas o prof. Duguin até simplifica as coisas para mim, sintetizando estes dois últimos no Império Eurasiano, reduzindo as alternativas ao bom e velho dualismo e querendo vestir em nós a camisa de força da escolha obrigatória. *A plague o’ both your houses*.

12 §. Armas

Daí ele se reporta àquelas fotografias que eu coloquei lá, e diz que [1:10] estou tentando posar de neutro ou imparcial. E ele diz:

Em última análise, o que está nas mãos do prof. Carvalho é uma arma, não uma cruz, por exemplo. Aliás, há algumas fotos de mim mesmo carregando

uma grande cruz ortodoxa em cerimônias religiosas. Portanto, isso não ilustra nada. As nossas religiões são diferentes como as nossas civilizações são.

É certo que nós dois aparecemos nas fotos carregando armas, mas quais armas? A minha é uma espingarda de caça, que pode eventualmente servir para a defesa da casa, mas é normalmente de uso esportivo e, neste caso concreto, tem servido eminentemente para matar cobras antes que mordam os meus cachorros menores (não o grandão que as come pensando que são salsichas móveis). Já as do prof. Duguin são armas de guerra, privativas de governos, criadas especificamente para matar seres humanos (ninguém jamais caçou cobras ou tatus com uma bazuca ou um tanque), e não para matar um ou dois e sim para liquidá-los a granel, às centenas, aos milhares. Como dizer que essa diferença “não ilustra nada”? Não há mesmo diferença entre defesa pessoal e homicídio em massa?

13 §. Duguin contra Duguin (2)

Aqui de novo ele volta o negócio de negar e afirmar ao mesmo tempo a diferença do agente e do observador. Então pulemos.

14 §. A diferença entre nós

Daí ele diz que fica pensando qual é a origem das nossas diferenças, e ele diz que são diferenças de civilização.

A diferença é a seguinte. Eu, após ter tomado posição com aquela pressa indecente da juventude, logo voltei atrás e passei trinta anos — não trinta dias, lutando com as minhas próprias dúvidas, entre mil perplexidades, sem conseguir tomar partido de nada, exceto em caráter experimental e provisório, só voltando a emitir opiniões políticas aos quarenta e oito anos de idade, após ter chegado a algumas conclusões que me pareciam razoáveis, e mesmo assim advertindo para a possibilidade de estar errado. O prof. Duguin não esteve em dúvida um dia sequer: tomou partido do nacional-bolchevismo quando era ainda muito jovem e continua fiel ao mesmo programa, ampliado em eurasianismo. Ele simplesmente não passou pelo período de abstinência *real* de opiniões que é absolutamente necessário à formação de um intelectual sério.

É isto que eu insisto aqui com vocês. Todo mundo pode tomar posição, mas a primeira etapa que é a da descrição real da situação pode levar muito tempo. Quer dizer, você lutar por obter uma visão suficiente da realidade — não digo da realidade como um todo, mas pelo menos daquelas partes que lhe interessam —, é uma coisa muito trabalhosa. Se você toma posição aos dezoito anos, isto vale tanto quanto um capricho de juventude. Agora, se você começa a tomar posição aos 48 ou 50, isto aí é outra coisa, você está trazendo toda uma experiência, todo um conhecimento, e as suas palavras merecem ser ouvidas pelo simples fato do tempo dedicado.

Quando as pessoas falam assim: “Nós temos o direito de emitir as nossas opiniões”, eu digo, o direito de emitir sua opinião é correspondente ao direito de não ouvi-la. Por que nós temos de prestar atenção em todo mundo que tem alguma opinião? Você imagina uma assembléia de duas mil pessoas, e cada uma tem uma opinião e peça dois minutos para falar, isso não vai terminar

nunca. Então, quer dizer, a seleção de quais opiniões merecem ser ouvidas ou não é um elemento fundamental da liberdade de expressão.

Então, de cara: quanto tempo você quer que eu conceda para ouvir a sua opinião? Pega-se o tempo que você levou para criar a sua opinião, divide por cem, e é o tempo de atenção que eu vou lhe prestar. É uma proporção razoável. Agora, opinião que o sujeito acabou de criar, um segundo, quer dizer, ele pensou cinco segundos naquilo e só para falar já vai levar dez minutos, e vou ter de prestar atenção aos dez minutos dele? Por que eu deveria prestar mais atenção a sua idéia do que você mesmo prestou para criá-la?

Quer dizer, estou falando aqui das condições de possibilidade básicas de um debate, condições materiais. Então para haver um debate, para haver discussão, para a liberdade de expressão significar alguma coisa é necessário que as pessoas tenham dedicado algum tempo às suas próprias opiniões. O que não tem sentido é que elas queiram que a gente tenha mais respeito pelas suas opiniões do que elas mesmas têm.

15 § A diferença entre nós (2)

Daí ele diz o seguinte: a culpabilização e a demonização das duas civilizações resulta do nosso mútuo e oposto etnocentrismo. Quer dizer, nós dois somos etnocêntricos. Ele é um etnocêntrico oriental e eu sou um etnocêntrico ocidental.

Absolutamente errado. Como veremos adiante, a mente do prof. Duguin foi muito mais moldada pela intelectualidade ocidental do que por qualquer tradição espiritual do Oriente, ao passo que eu tive entre as minhas principais influências formadoras a de Swami Dayananda Sarasvati, diretor da Academia de Estudos Védicos de Bombaim (eu conto esta história no prefácio de *A longa Marcha da Vaca para o Brejo*), e depois disso ainda me deixei imbuir de orientalismo ao ponto de me tornar autor de estudos islâmicos que vieram a ser premiados pelo governo da Arábia Saudita (quer dizer, que ocidentalismo é esse?). Nossa diferença é de experiência intelectual pessoal, não de “civilizações”.

Mais adiante vocês vão ver a importância, o valor e a autoridade absoluta que tem na cabeça do prof. Duguin às modas ocidentais mais modernas e pós-modernas que existem.

16 §. Aspas anestésicas

Aqui ele volta a insistir no genocídio com aspas e sem aspas. Isto não é necessário, vamos pular.

17 §. Questão de estilo

Daí ele chama os americanos de “*bloody murderers*” (assassinos sangrentos) e diz aqui:

Eu estou imitando aqui o estilo muito “científico” de política imposto pelo Sr. Carvalho.

Que farsa! O prof. Duguin já vem chamando os americanos de “*bloody murderers*” desde há muitos anos, e nunca precisou do meu incentivo literário para isso.

18 §. Minha opinião estúpida

Sem acusar o prof. Duguin de ser pessoalmente desonesto, ele está envolvido num tipo de combate que é a própria encarnação da desonestidade, quer dizer, é a política, em última análise.

Essa tese eu acho realmente estúpida. Eu não afirmo que o prof. Carvalho seja estúpido ele mesmo. Mas sinto sinceramente que a usurpação do direito de julgamento moral nesses assuntos sobre o que é «honesto» ou «desonesto» se enquadra perfeitamente na velha tradição de extrema estupidez.

Ou seja, qualquer julgamento moral na escala de nações, Estados ou civilizações é para ele uma estupidez.

O mais lindo nesse trecho é que aí o prof. Duguin aparece falando como porta-voz do relativismo cultural radical, o último e mais belo rebento do modernismo ocidental que ele diz odiar com todas as suas forças.

Quer dizer que se vigora aí o relativismo total e nenhum julgamento moral é possível, então nós estamos aí em pleno modernismo ocidental.

É inútil exigir consistência de um homem que faz profissão de fé de irracionalismo militante, (...)

No livro *Um Profeta do Eurasismo* ele diz claramente isto: abaixo à razão, nós aqui representamos o irracional, o supra-humano. Ele confunde irracional com supra-razional, mistura tudo. Enfim, ele se desobriga com qualquer dever para com a razão.

(...), mas só para meu uso próprio e de meus leitores, pergunto como o prof. Duguin pode conciliar a inexistência de normas morais universais com a sua propalada crença de cristão na validade universal dos Dez Mandamentos.

Porque, por um lado, ele diz [que] não existem normas morais universais, ninguém pode julgar essas coisas e, por outro lado, ele diz eu sou o porta-voz da cristandade ortodoxa, o defensor da tradição e o porta-voz do Absoluto. Ele usa o absoluto com maiúscula muitas vezes. Quer dizer, ele fala em nome do absoluto e o Ocidente fala em nome do relativismo, só que quando lhe interessa ele vira relativista. **[1:20]**

(3) Note-se que ele qualifica a minha opinião de “estúpida”, mas não faz a mais mínima tentativa de mostrar porque é estúpida. O adjetivo, supõe ele, deve valer como prova de si mesmo. Uma vez que carimbada como estúpida, minha opinião torna-se automaticamente estúpida pelo mero poder do carimbo. Segundo Aristóteles, esse modo de falar, que finge ser óbvia, universalmente reconhecida e de domínio público uma afirmação que de fato não é nada disso, é a definição mesma da argumentação erística, ou contenciosa, a falsa retórica dos demagogos e farsantes. Definição de Aristóteles: “*Uma dedução é erística*

quando parte de opiniões que parecem ser de aceitação geral, quando na verdade não o são”.

19 § Julgamento por adivinhação

O Sr. Carvalho conscientemente usa aqui um argumento muito estúpido para estar mais próximo da direita americana “cristã”, do público americano “cristão” que ele tenta influenciar.

(1) Aí novamente o prof. Duguin me julga por adivinhação, sem ter a menor idéia das minhas atividades reais. Nunca procurei influenciar a direita americana, embora não exclua a possibilidade de tentar fazê-lo algum dia, se me parecer conveniente. Só lhe dirigi a palavra quando convidado em ocasiões raras e esporádicas.

Além disso, tudo isso só aconteceu nos dois primeiros anos ou um ano e meio da minha presença aqui. Depois eu me afastei completamente. Quer dizer, no começo convidaram para ir num lugar, convidaram para ir em outro, eu ia lá e dizia o que tinha para dizer. Depois eu fugi dessas coisas porque estava tomando tempo e eu tinha coisa mais importante para fazer, como por exemplo, esse Seminário.

Todo o meu trabalho de prof., escritor e conferencista está voltado para o público brasileiro, através de artigos publicados na imprensa de São Paulo, de um programa de rádio em português e de aulas semanais (também em português) para os três mil membros do Seminário de Filosofia. O Inter-American Institute, recém-fundado, tem por objetivo congrega intelectuais das três Américas para intercâmbio de informações e opiniões. Não é um órgão militante nem de propaganda, embora possa e deva se pronunciar moralmente em casos extremos, como da prisão de um dos nossos *fellows* na Venezuela.

Também era só o que faltava, os caras prendem um membro do Instituto, e o Instituto não vai dizer nada? Quer dizer, a gente reclama porque prenderam o Alejandro Peña-Esclusa. Isto aí não é tomar posição política de jeito nenhum, é uma mera questão de auto-defesa.

E, aliás, o Instituto é tão indiferente a toda política “ocidentalista” que tem como um dos seus primeiros *fellows* o Dr. Ahmed Youssif El Tassa, um mulçumano que reside na China.

Quer dizer, um brasileiro, mas um mulçumano que mora na China. Que raio de ocidentalismo é esse?

(2) O uso reiterado das aspas pejorativas, que caracteriza o estilo literário ginasiano, comparece aqui para negar, mediante um mero artifício gráfico, que os cristãos americanos sejam cristãos (quer dizer, os cristãos americanos entre aspas). Cristão genuíno é o prof. Duguin, que, com sua profissão de fé relativista, nega abertamente a universalidade dos Dez Mandamentos (ele é cristão, os outros não).

20 §. Um ponto filosófico

Levanta ele e cita aqui a minha frase: “A técnica filosófica milenar ensina que as definições de termos expressam apenas essências gerais abstratas, possibilidades lógicas e não realidades”. Aí diz ele:

A questão do que a realidade seja, de como ela corresponde a “definições” ou “idéias” difere consideravelmente em várias escolas filosóficas. (Prestem atenção) O termo mesmo “realidade” é baseado na palavra latina “res”, “coisa”. Mas, essa palavra não existe em grego. Em Aristóteles não encontramos essa palavra – ele fala apenas sobre pragma (feitos, atos), energúeia, mas principalmente sobre “on”, o ser. Portanto, a “realidade” como algo independente da mente é um conceito Ocidental pós-medieval e não algo universal.

“Realidade como algo independente da mente é um conceito Ocidental pós-medieval”, isto é que diz o homem. E este cara é prof. catedrático numa universidade.

(1) Absolutamente errado. A inexistência de uma palavra em determinada língua não torna automaticamente impensável para os falantes dessa língua o conceito correspondente, que pode ser expresso por paráfrases, símbolos ou fórmulas matemáticas ou até permanecer implícito. Para que as línguas nativas limitassem efetivamente as possibilidades cognitivas dos seus falantes, como pretendia o infeliz Benjamin Whorf (que ele cita mais adiante), seria preciso antes demonstrar que eles são incapazes de desenhar, construir, imitar por gestos, fazer música, dançar etc. Se o estoque de palavras limitasse o estoque de percepção e idéias, cada cidadão só poderia perceber as coisas cujos nomes já conhecesse de antemão, e os bebês seriam incapazes de usar chupetas corretamente antes de saber pronunciar a palavra “chupeta”. O universo é abundante não só de coisas sem nomes, mas de idéias sem nomes. Desafio, por exemplo, o prof. Duguin a encontrar uma palavra em português ou russo que nomeie o conceito que acabo de emitir na frase anterior. Essa palavra não existe; donde se conclui, segundo o critério do prof. Duguin, que essa frase não foi jamais pensada, nem escrita, nem lida.

(2) É verdade que o termo *realitas*, *realitatis*, só aparece em latim medieval, como derivado do latim antigo *res*, *rei*. Este último termo, geralmente traduzido como “coisa”, tem no entanto, já no latim clássico, a acepção de “tudo quanto é, ou de algum modo existe”. Serve, já desde os tempos de Cícero, como uma das traduções possíveis da palavra grega *on*, “ser”. O termo *realitas*, portanto, nada introduz de novo, designando apenas a qualidade de ser, *res*. Imaginar, com base em conhecimentos precários do latim, que ninguém soubesse da existência de um ser independente da mente humana até que o vocabulário medieval passasse o termo *res* da classe substantiva à categoria da qualidade, é o mesmo que supor que ninguém reparou na existência da força viril antes que se inventasse o termo “virilidade”. Por que, por que, porca miséria, o prof. Duguin me obriga a explicar-lhe essas coisas que ele bem poderia ter perguntado ao seu prof. de latim no ginásio?

(3) Para Platão, as Idéias ou Formas são entes objetivamente existentes, independentes da mente humana. Para Aristóteles, são-no igualmente os

princípios universais da ontologia e os objetos da natureza física. O chamado “realismo das Idéias” é um componente tão essencial do platonismo que praticamente nenhum estudioso de Platão jamais colocou isso em dúvida. Não preciso recomendar ao prof. Duguin anos de estudo de uma bibliografia platônica de dimensões oceânicas, de Diógenes Laércio a Giovanni Reale. Nem preciso lembrar-lhe o combate persistente de Platão às doutrinas sofísticas que faziam da verdade uma serva do arbítrio humano. A simples leitura de *O Banquete*, no seu trecho mais famoso, basta para mostrar o tamanho do seu erro. As Idéias são ali definidas “algo, em primeiro lugar, que sempre é, que não nasce nem perece, não cresce e nem diminui”. Que tem isso em comum com a psique humana, que, dependente dos sentidos, é marcada pela mutabilidade e inconstância? Resume Giovanni Reale: “As Idéias são repetidamente qualificadas por Platão como verdadeiro ser, ser em si, ser estável e eterno”. No *Fédon*, Platão contrasta a eternidade estável das Idéias com a inconstância da mente humana, que procura se aproximar delas “por meio de perguntas e respostas”, sem poder jamais apreendê-las completamente.

Independentes da mente humana são, para Platão, não somente as Idéias, mas até os fenômenos do mundo físico que as ilustram diante dos nossos olhos: “Deus inventou a visão e nos deu de presente para que, contemplando os cursos da inteligência humana no firmamento, pudéssemos transferi-los aos movimentos do nosso próprio pensamento”.

Ou seja, observamos os ciclos planetários, observamos a inteligência divina ali funcionando e modelamos então o nosso pensamento pela regularidade e pela lógica interna [1:30] dos ciclos planetários. Como é que esses ciclos planetários poderiam ser dependentes da mente humana, se a mente humana tem de copiá-los humildemente?

O céu visível é não somente externo à mente humana, mas exterior a ela ao ponto de poder dever servi-lhe de medida e modelo, ajudando-a a superar a sua inconstância e falibilidade mediante a contemplação de um símbolo natural das Idéias eternas. Uma boa resenha dos estudos platônicos ao longo dos tempos é *Images de Platon Et Lectures de Ses Œuvres*, de Ada Neschke-Hentschke, em que vinte eruditos repassam as interpretações mais célebres do platonismo desde a Antiguidade até ao século XX. Pode procurar: não encontrará uma só dessas interpretações que negue a existência do “realismo das idéias”.

Mas, na verdade, o prof. Duguin para entender isso não precisa ler nada, basta ele clicar no Google “*Plato’s realism*” e obterá um milhão novecentos e sessenta mil respostas. Quanta gente falando de algo que, segundo ele, não existe!

Um idealismo subjetivo, que tudo ou quase tudo reduz a projeções da mente humana, e nisso vai muito além do relativismo sofístico do ceticismo pirrônico, esse sim é um fenômeno moderno, desconhecido na Grécia antiga. Este é outro ponto que os historiadores da filosofia jamais colocaram em dúvida.

Ou seja, o homem inverte dois mil anos de história da filosofia. Ele diz que a idéia da realidade como uma coisa independente da mente humana só existiu depois da Idade Média, então isto quer dizer que antigamente vigorava o predomínio da mente humana, o idealismo subjetivo. Só que todos os historiadores da filosofia, todos, dizem exatamente o contrário, quanto a isso jamais houve dúvida e jamais houve sequer discussão. Quer dizer, o idealismo subjetivo é uma característica da filosofia moderna, todo mundo sabe que é

isso. E aqui eu dou uma lista de livros que ele pode ler e que vocês também podem ler. Mas, todo estudante de filosofia tem obrigação de saber que a era do individualismo subjetivo começa com René Descartes, todo mundo sabe disso. Como é que ele não sabe? Não sabe porque não estudou.

21 §. Realidade e Conceito

Diferentes culturas não sabem o que significa “a realidade”. É um conceito, nada mais. Um conceito entre muitos outros.

A realidade não pode ser um conceito, porque significando “tudo quanto é”, é o campo total da experiência, aberto e irreduzível a quaisquer conceitos, campo dentro do qual os homens existem e produzem conceitos (além de salsichas, automóveis, poemas, crimes, leis etc.). Se a realidade fosse um conceito apenas, não poderíamos existir dentro dela e teríamos de usar outro nome — “universo”, “mundo”, “ser”, “totalidade” ou como se queira — para designar aquilo que nos transcende, abarca e contém. Talvez a palavra “realidade” não seja a melhor para isso, mas o conteúdo intencional a que ela aponta é universalmente claro por trás de uma variedade de palavras e símbolos que apontam para a mesma coisa.

O prof. Duguin comete aí o erro clássico do psicologismo, tão bem analisado por Husserl, que consiste em confundir o pensamento com a coisa pensada, atribuindo a esta as limitações daquele. Quando pensamos, por exemplo, “universo”, algum conteúdo positivo esse pensamento tem, mas sabemos de imediato, ou deveríamos saber, que o universo real transcende infinitamente esse conteúdo. Essa capacidade de subjugar o pensamento à consciência do impensável, ou extra-pensável, ou supra-pensável, é, em todas as épocas e culturas, a marca da inteligência humana — aquilo que Henri Bergson chamava “alma aberta” em oposição à “alma fechada” que só admite a existência daquilo que ela pensa. Almas abertas são Confúcio e Lao-Tsé, Platão e Aristóteles, Ibn 'Arabi e Rûmi, Shânkara e Râmana Maharshi, Soloviev e Berdiaev. Almas fechadas são Spinoza e Russell, Kant e Fichte, Marx e Lênin, Mao e Pol Pot, todos os revolucionários, em suma (Duguin também evidentemente).

22 §. Racismo intelectual

Impor como algo universal e ostensivo é um tipo de “racismo” intelectual.

Ou seja, só há os universos culturais mutuamente exclusivos, não há realidade universal por cima das culturas.

Toda a acusação de racismo, com ou sem aspas, toma como pressuposto a igual dignidade de todas as raças, que é um conceito universal fundado na uniformidade geral da natureza humana. A negação de identidade da natureza humana em nome da diversidade de raças e culturas faria destas o limite intransponível de todo o conhecimento humano, justificando automaticamente, por exemplo, a incomensurabilidade entre uma “ciência judaica” e uma “ciência ariana” e descambando no racismo mais estúpido e truculento. *Tertium non datur*: ou existe uma natureza humana universal ou nada se pode argumentar contra o racismo, exceto em nome de uma convenção cultural que, por sua vez,

nada poderá alegar racionalmente contra culturas estranhas ou adversas que constituam uma convenção oposta.

23 §. Relativismo absoluto e relativo

Antes de falar de “realidade” precisamos estudar cuidadosamente a cultura concreta, a civilização, o “ethnos” e linguagem.

Sim, sem dúvida, mas não para cair na esparrela de tomar meros fatos culturais como normas epistemológicas. A simples possibilidade de estudar comparativamente várias culturas pressupõe a universalidade do critério comparativo. Quando este critério é impugnado pelos dados empíricos descobertos, ele tem de ser corrigido precisamente porque se reconhece que não era tão universal quanto deveria, ou como se supunha de início. Isso é precisamente o contrário de negar a possibilidade de um critério universal. Uma ciência não pode estudar culturas diversas e proclamar ao mesmo tempo que o faz desde preconceitos culturais sem fundamento científico nenhum. O relativismo, por definição, é relativo, quer dizer limitado.

Note: mesmo que você fosse examinar outras culturas, dizendo “eu as estou examinando não de um ponto científico universal, mas desde apenas os preconceitos de minha própria cultura”, ao dizer isto, você estaria provando o contrário disso. Porque se você não fosse capaz de transcender os preconceitos da sua própria cultura, no mesmo momento que você os está afirmando não haveria como você proceder à comparação, e você jamais saberia se as outras culturas, tal como você as está descrevendo, existem realmente ou são apenas sonhos e projeções desde a sua própria cultura. Ou seja, quanto mais você entrasse nessa comparação baseado na impossibilidade do critério universal de comparação, mais confuso você ficaria.

24 §. Relativismo absoluto e relativo (2)

A regra Sapir-Whorf (se refere a *Edward Sapir* e *Benjamin Whorf*) e a tradição da antropologia cultural de Franz Boaz e da antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss ensina-nos a ser muito cuidadosos com palavras que têm pleno e evidente significado só no contexto cultural. A cultura russa ou a sociedade chinesa têm diferentes entendimentos de “realidade”, “fatos”, “natureza”, “objeto”. As palavras correspondentes têm seu próprio significado.

Voltamos ao mesmo ponto: ou o relativismo cultural é relativo, ou nenhuma comparação entre culturas é possível. Se, digamos, entre diferentes imagens de elefantes documentadas em várias culturas não discernirmos uma estrutura comum e sua referência a um determinado bicho que existe na natureza, que não foi inventado por nenhuma delas, como poderemos comparar essas imagens e dizer que diferentes culturas têm diferentes idéias sobre o elefante? Toda a comparação entre pontos de vista pressupõe, por definição, uma grade comparativa que os abranja a todos e não se reduz a nenhum deles.

Mesmo que essa grade não seja totalmente universal, ela tem necessariamente de transcender e abranger os elementos envolvidos, porque estes elementos não têm uma forma de existência puramente comparativa,

eles existem em si mesmo. Quer dizer, a comparação é algo que o estudioso monta, tomando-os como vários elementos, mas tendo de inserir dentro de uma grade conceitual que tem de abranger a todos.

25 §. Sujeito e Objeto

O dualismo sujeito e objeto é antes um traço específico do Ocidente.

Que bobagem! Nenhuma doutrina oriental jamais negou esse dualismo como dado de experiência, implícito, aliás, no fato banal de que não conhecemos tudo o que nos rodeia.

Se nós não [1:40] conhecemos tudo o que nos rodeia é porque há uma diferença entre eu como sujeito e o objeto do meu conhecimento. Se fosse idêntico, então haveria interpenetração do nosso pensamento e de tudo o que nos rodeia. Se existe um único objeto estranho que eu não conheça, então está aí um abismo entre sujeito e objeto.

O que algumas delas fizeram foi negar-lhe validade absoluta no plano da realidade metafísica.

Quer dizer, o fato de que exista empiricamente uma distinção sujeito-objeto não quer dizer que ela valha no universo como todo. Isto é uma coisa que praticamente todas as culturas souberam. Agora, uma coisa é negar o abismo sujeito-objeto no plano da universalidade total e outra coisa é negá-la como realidade empírica. Aliás, a existência desse dualismo na existência é o ponto de partida da sua negação metafísica. Swami Dayananda fazia exatamente este trajeto: ele partia do dualismo que se observa na experiência e ia, através de análises sucessivas, chegando até a sua negação na escala metafísica. Mas ele tem de partir de um dualismo que existe na experiência.

26 §. Essência lógica

A “essência lógica” é outro conceito puramente ocidental. Há outras filosofias com diferentes estruturas conceituais – islâmica, hindu, chinesa.

Dizer que “essência lógica” é um conceito puramente “ocidental” equivale a dizer que, fora do Ocidente, ninguém jamais conseguiu distinguir entre o conteúdo de uma mera idéia (essência lógica) e a natureza real de um ente (essência real ou ontológica).

Note que o simples fato de desmentir qualquer proposição implica esta distinção. Por quê? Se vamos desmentir, por exemplo, que $x = y$, então temos de saber o que é x e o que é y e tenho de conhecê-los como meras essências lógicas. Quer dizer, se uma determinada proposição é falsa, quer dizer que esta proposição tem sentido somente lógico e não ontológico. Se não sou capaz de fazer essa distinção, não posso refutar nenhuma sentença no mundo. Então como é que ele vai dizer que as civilizações orientais não conhecem essência lógica e têm outras estruturas? Não há outra estrutura possível. Quer dizer, se você não é capaz de reconhecer se um conceito só existe logicamente ou se ele existe efetivamente, ontologicamente, então você não pode dizer que

nenhuma proposição é irreal ou é falsa, nunca. Ora, a distinção entre o aparente e o real é justamente a base, por exemplo, de toda a lógica hindu, de todo o vedantismo. Então como é que eles conseguiam fazer isso, se eles não conseguiam distinguir entre essência lógica e essência real ou ontológica? Como é que isso poderia ser exclusivamente ocidental?

Como teriam de ser burros esses Orientais para que a afirmação do prof. Duguin valesse alguma coisa! E depois ele ainda diz que sou eu que os ofende.

Quer dizer, ele está dizendo que todas as civilizações do Oriente não conheciam essa distinção entre essência lógica e essência ontológica, quer dizer, entre a essência de uma idéia, essência de um conceito, e essência de um ser. Então como é que eles conseguiam dizer se alguma proposição se referia a um ser real ou se era apenas uma idéia? Eles não poderiam distinguir entre uma coisa e outra. Quer dizer, são esses chavões que as pessoas repetem: esse dualismo é ocidental, há outras filosofias com diferentes [estruturas conceituais]. Isto é, nunca estudou a lógica hindu, nunca nada. Ele não sabe nada, nada, nada de lógica hindu e vem falar aqui arrotar um conhecimento que não tem.

27 §. Existência e prova

Daí ele cita a minha frase: *“De uma definição nunca é possível deduzir que a coisa definida existe”*. Daí comenta ele:

Provar a existência não é uma tarefa fácil. A filosofia de Heidegger e antes dele a fenomenologia husserliana tentaram abordar a “existência” enquanto tal, como sucesso problemático.

(1) O prof. Duguin caiu numa confusão grossa entre constatar a existência e explicá-la. Se não a constataássemos, jamais nos ocorreria o desejo de explicá-la. Isto aplica-se tanto a existência geral quanto aos objetos existentes. Quanto à primeira, creio nada poder acrescentar às palavras de Louis Lavelle: “Há uma experiência inicial que está implícita em todas as outras e que dá a cada uma delas a sua gravidade e a sua profundez: é a experiência da presença do ser. Reconhecer essa presença é reconhecer no mesmo ato a participação do eu no ser”.

Sem essa experiência de base, nenhuma outra é possível, e seria uma tolice impensável fazer com que a constatação da presença do ser dependesse da posse de uma “prova”. A existência é um dado inicial, não matéria de prova. Nenhuma prova de nada seria possível, como bem ensinava Mário Ferreira dos Santos, sem a admissão inicial de que “algo existe” ou “algo há”.

(2) Também é bobagem dizer que Husserl ou Heidegger tentaram “provar a existência”. Salvando a honra do prof. Duguin, que sairia muito arranhada ao dizer tal coisa, faço até a hipótese de que o seu tradutor tenha confundido os verbos em inglês, trocando “*probe*” (investigar) por “*prove*” (provar). Nem Husserl, nem Heidegger tentaram jamais o “provar a existência”, o que eles fizeram foi investigar (*to probe*) a existência. Leibniz já dizia que a pergunta fundamental de toda a investigação filosófica é “Por que existe algo em vez do nada?”. Notem bem: “por que”, e não “se”. Se nada existisse, nada seria investigado. A existência da existência não é matéria de dúvida nem de

investigação. Podem sê-lo as suas causas, os seus fundamentos, a sua razão de ser, as suas formas, a sua estrutura e assim por diante.

Quanto à existência deste ou daquele ser em particular, sua constatação também é condição prévia da busca de qualquer explicação.

28 §. Jogo de cena

Daí ele cita a minha frase, que para saber se a coisa definida existe ou não *“é necessário quebrar a casca da definição e analisar as condições requeridas para a existência da coisa. Se essas condições não se revelem em si mesmas contraditórias, excluindo in limine a possibilidade da existência, mesmo assim a existência não estará provada. Para chegar a essa prova, é necessário reunir do mundo da experiência factual dados que não apenas corroboram a existência daquele ser, mas que confirmam a sua plena concordância com a essência definida, excluindo a possibilidade de que a coisa existente seja muito diferente, que coincide com a essência somente em aparência”*. Daí diz o Duguin:

Este é um tipo de abordagem positivística completamente refutada pelo estruturalismo e pelo último Wittgenstein. É uma afirmação filosoficamente ridícula ou demasiado ingênua. Mas todas essas considerações são detalhes sem muita importância. O texto inteiro de Carvalho está cheio dessas afirmações pretensiosas e incorretas (ou totalmente arbitrarias) que não já não posso mais segui-las. É uma coisa muito chata.

(1) Isso não é argumento. É um jogo de cena. É *dropping names*, é superioridade fingida com o pretexto para fugir de uma discussão que está perdendo vexaminosamente. O que descrevi no parágrafo citado é um preceito elementar de metodologia que — no mínimo por não existir outro — continua em uso em todos os laboratórios e institutos de pesquisa do mundo, os quais não estão nem ligando para o que acham Wittgenstein, Lévi-Strauss, Boas, Whorf, Sapir e *tutti quantti*. Notem que, exatamente como fez com estes três últimos, o prof. Duguin não faz o mínimo esforço para defender a opinião dos dois primeiros. Ele nem mesmo diz quais são essas opiniões. Não as expõe ou resume, muito menos aponta os locais onde se encontram. Limita-se a acená-las vagamente, fugazmente, acrescentando em nota de rodapé uns títulos de livros sem os números das páginas correspondentes. Feito isso, dá todas por tão certas e provadas que quem quer que não as aceite *in totum* e sem discussões está automaticamente desqualificado para o debate e não merece nem mesmo ser comentado.

Então vem o idiota desse Olavo e diz uma coisa que Wittgenstein já acabou com ela.

Quem não vê que isso não é argumentação, isso é uma grosseira tentativa de intimidar mediante o apelo a autoridades que se tomam por tão incontestáveis e tão universalmente aceitas que não é nem preciso repetir o que elas dizem, bastando citar-lhes os nomes para instilar de imediato no pobre interlocutor o mais piedoso e genuflexo sentimento de temor reverencial? Isso não é nem mesmo *argumentum auctoritatis*, é uma caricatura de *argumentum auctoritatis*, é, como diria Aristóteles, tomar como premissas “opiniões que parecem ser de

aceitação geral quando na verdade não o são”. É erística da mais rasteira, da mais abjeta, da mais desprezível.

Notem que linhas atrás, ao escorar-me numa interpretação de Platão que, esta sim, é unanimidade [1:50] milenar consagrada que todo estudante de filosofia tem obrigação de conhecer, nem aí me permiti dá-la por tão universalmente aceita que isso me dispensasse de provar o que estava dizendo. Resumi a interpretação, com fontes textuais exatas, primárias e secundárias, e argumentei em favor dela de modo que todos entendessem do que eu estava falando e pudessem avaliar por si próprios se eu tinha razão ou não. O prof. Duguin não faz nada disso: alude por alto a meia dúzia de nomes e segue em frente, de peito estufado, simulando superioridade e arrotando desprezo pelo adversário despreparado e inculto, que nem merece explicações de coisas tão óbvias e arqu-sabidas. Que comédia!

(2) O prof. Duguin, ao crer que qualquer coisa que esses tipos *hajam dismissing* (quer dizer, refutado, descartado) está automaticamente excluída do universo intelectual decente, revela uma submissão acrítica, fanática mesmo, a fina flor da moderna intelectualidade ocidental relativista, estruturalista e desconstrucionista que, desde a perspectiva tradicional que ele diz ser a sua, não deveria nem poderia ter autoridade nenhuma.

Note que para ele Wittgenstein, Sapir e Whorf, todos, têm uma autoridade tal que qualquer coisa que eles hajam rejeitado, há que rejeitar automaticamente e dizer amém. Então como é que ele pode dizer mais adiante “nós precisamos destruir a modernidade, a pós-modernidade”? Como destruir se você a está defendendo tão bravamente? Se você aceita como autoridade mais que papal, divina? Tão divina que você não precisa nem argumentar. O sujeito falou, está falado. Cala a boca, burro!

Acossado por um adversário ao qual não sabe o que responder, o apóstolo da cristandade ortodoxa desveste a opa de religioso e aparece falando como um intelectual parisiense ou editor de *Social Text*.

Social Text é aquela revista na qual o Alan Sokal fez aquela brincadeira. Escreveu um artigo sem pé nem cabeça e mandou para lá, e os caras publicaram porque estava escrito em linguagem desconstrucionista e eles acharam que era sério o negócio, quando na verdade era uma piada.

(3) Em todo debate erudito, é básica e essencial a distinção entre aquilo que cabe discutir e aquilo que se pode dar por pressuposto, por ser universalmente admitido e fazer parte da formação acadêmica usual. Sem o terreno comum de uma cultura superior compartilhada, nenhuma discussão é possível. Os dados básicos da história da filosofia são os exemplos mais típicos do que estou dizendo. Ninguém pode entrar num debate filosófico sem dar por suposto que o adversário conhece o essencial do platonismo, do aristotelismo, da escolástica, do cartesianismo etc., e sabe distinguir aí entre os pontos consensuais, firmados por uma longa tradição de estudos, e as áreas problemáticas ainda sujeitas à investigação e discussão. Não é tolerável, portanto, que um debatedor acadêmico ignore os dados básicos do platonismo e por outro lado tome algumas doutrinas recentes bastante contestadas e impugnadas como se fossem de aceitação universal e consensual, como se ir contra elas fosse sinal de ignorância e despreparo. Só posso concluir disso que a formação do prof. Duguin foi muito deficiente em filosofia antiga e muito sobrecarregada de leituras da moda, que o impressionaram ao ponto de consolidar-se, na sua

mente, como portadoras de conclusões definitivas, tão definitivas quanto o consenso universal dos historiadores em torno do realismo platônico ou da origem moderna do subjetivismo gnoseológico. É difícil discutir com uma mente que inverte as proporções do certo e do duvidoso, ignorando premissas de aceitação universal e apelando à autoridade de consensos inexistentes.

(4) Pior ainda (e isto aqui é o centro da coisa toda), o homem nem se dá conta, ou finge não se dar conta, de que todas as presumidas autoridades que ele esfrega no meu nariz com ares triunfantes, se inscrevem na linha da herança kantiana que, segundo ele próprio, é a encarnação suprema da perversidade ocidental.

Isso aí no livro *Le prophète de l'Eurasism*, ele cria uma demarcação muito rígida entre aqueles que se inscrevem na herança kantiana, que são todos modernistas, relativistas etc. e o pessoal tradicionalista, com ele à frente.

Desde que Kant abriu entre sujeito e objeto o abismo intransponível das “formas *a priori*”, descobrir algum condicionante apriorístico que limite e molde pelas nossas costas a percepção que temos do mundo tornou-se uma paixão obsessiva dos pensadores ocidentais mais típicos e notórios. Cada um deles procura cavar mais fundo o abismo, provando que nada conhecemos diretamente, que tudo chega a nós através de uma grade deformante, de um véu de ferro de interpretações prévias que o distinto autor da teoria é, como Kant, o primeiro a descerrar. A lista de descobridores de condicionantes apriorísticos é grande. Limito-me a mencionar os mais vistosos. Nem sempre esses condicionantes são *a priori* em sentido estrito kantiano; alguns deles formam-se no curso da experiência; mas, permanecendo desconhecidos pelo sujeito cognoscente individual cuja moldura de conhecimento formam e determinam, funcionam como autênticas fórmulas *a priori* em relação aos atos cognitivos conscientes realizados pelo pobre infeliz. Vamos lá:

1. Hegel diz que as leis invisíveis da História se sobrepõem a todas as consciências individuais (exceto a dele próprio, é claro), de modo que, quando acreditamos conhecer algo, estamos iludidos: é a História que pensa, é a História que sabe, é a História que, possuidora da “astúcia da razão”, nos move de cá para lá segundo um plano secreto.

2. Arthur Schopenhauer declara que a consciência individual vive num mundo de ilusões, movida, sem sabê-lo, pela força da Vontade universal que tudo determina sem razão nenhuma.

3. Karl Marx diz que a ideologia de classe — um sistema de crenças implícitas que pervade com onipotência invisível toda a cultura que nos rodeia — preforma e deforma a nossa visão do mundo. Só quem pode rasgar esse véu e enxergar as coisas como são é o proletariado, cuja ideologia de classe, por não ser fundada em interesse de explorar o próximo, coincide com a realidade objetiva. Como foi possível que o primeiro a descobrir essa realidade objetiva fosse logo ele próprio, um burguês que só conhecia os proletários de longe, é coisa que ele não explica, nem eu.

4. O Dr. Freud diz que toda a nossa visão das coisas é moldada e deformada desde a mais tenra infância pela luta entre o Id e o Superego, de modo que aquilo que entendemos por realidade não passa geralmente de uma projeção de complexos inconscientes, uma distorção da qual só podemos nos livrar mediante alguns anos de sessões psicanalíticas duas ou três vezes por semana, que aliás custa uma fortuna.

5. Carl Jung diz que o buraco é ainda mais embaixo. Não estamos separados da realidade só pela estrutura da nossa psique infantil, mas por esquemas cognitivos que remontam a aurora dos tempos — os “arquétipos do inconsciente coletivo”. Aí o caminho de libertação, sem garantia de sucesso, passa por algumas décadas de estudo de mitologia, religiões comparadas, alquimia, magia, astrologia, o diabo. A única diferença entre Jung e os demais escavadores de “formas *a priori*” é que, na extrema velhice, ele teve apenas a hombridade de reconhecer que não estava entendendo mais nada.

6. John B. Watson e B. F. Skinner dizem que a consciência individual nem mesmo existe, é apenas uma falsa impressão criada pelo jogo mecânico dos reflexos condicionados.

7. Alfred Korzybski e Benjamin L. Whorf dizem que imaginamos conhecer a realidade, mas que, infelizmente, “preconceitos aristotélicos” embutidos na estrutura dos nossos idiomas e arraigados no nosso subconsciente, nos impedem de ver as coisas como são.

8. Ludwig Wittgenstein diz que praticamente nada conhecemos da realidade, que tudo o que fazemos é passar de um jogo de linguagem a outro jogo de linguagem, sem muito ou nenhum controle do que fazemos.

9. Claude Lévi-Strauss diz que, quando pretendemos conhecer o mundo exterior e agir em nome de nós próprios, estamos apenas obedecendo inconscientemente a regras estruturais embutidas na sociedade, na cultura, na ordem familiar, na linguagem etc.

10. Michel Foucault já bota para quebrar e diz que o ser humano nem mesmo pensa: “é pensado” pela linguagem, sem ter a mínima voz ativa no capítulo.

11. O desconstrucionismo de Jacques Derrida joga a pá de cal nas pretensões cognitivas da consciência humana, jurando que nada do que dizemos se refere a dados do mundo exterior, mas um discurso só remete a outro discurso, e este a outro e assim por diante, fechando-se o universo cognitivo humano num muro de palavras sem qualquer significado extra verbal.

Preciso dizer mais? Quem quer que conheça o universo padrão de leituras propostas aos estudantes de filosofia hoje em dia, [2:00] na Europa ou nas Américas, reconhecerá que essas onze etapas — e as suas muitas intermediárias — descrevem a linha de evolução mais influente do pensamento ocidental nos últimos duzentos anos. Ora, nessa linha observamos um traço de uniformidade gritante: a proclamação geral e cada vez mais ostensiva da inabilidade da consciência individual, a sua submissão cada vez mais completa a forças anônimas e inconscientes que a determinam e a limitam por todos os lados. Tanto são os determinantes apriorísticos, tal a sua força e tão alto são os muros que elas erguem entre sujeito conhecedor e objeto conhecido, que chega a ser espantoso que, com tantos *handicaps* metafísicos, gnoseológicos, sociológicos, antropológicos e lingüísticos, o pobre indivíduo humano ainda seja capaz de perceber que as vacas dão leite e as galinhas dão ovos.

Dessas constatações podemos extrair algumas perguntas:

1. Quanta cara de pau ou quanta ignorância um sujeito precisa acumular para, diante de um assalto tão geral e implacável movido à consciência individual em

nome de fatores impessoais e coletivos, continuar proclamando que o “individualismo” é o traço definidor da cultura ocidental moderna?

2. Como pode essa criatura declarar abertamente o seu ódio à linhagem kantiana e ao mesmo tempo escorar-se nela, tomando-a como autoridade absoluta e irrecorrível que dispensa argumentos e cuja mera menção deveria tapar a boca do adversário?

3. Como pode esse estranho tipo de cérebro conciliar o seu próprio propalado horror à “separação sujeito-objeto” com a confiança devota que ele deposita nas doutrinas que mais enfatizaram essa separação, ao ponto de negar o indivíduo humano todo e qualquer acesso às verdades universais e até mesmo particulares?

Por um lado, ele diz que separação sujeito-objeto é uma coisa tipicamente ocidental — e tudo o que é ocidental não presta, evidentemente —, por outro lado, ele pega toda essa linhagem de separadores radicais de sujeito e objeto e toma a doutrina deles como sendo uma coisa tão certa e tão incontestável, que basta citá-la para o outro ter de imediatamente cair de joelhos e concordar com tudo.

Segundo Aristóteles, conhecer é um dom natural do ser humano só obstaculizado por fatores acidentais ou privações forçadas. Segundo aqueles ilustres descobridores de “formas *a priori*”, é precisamente o contrário: conhecer a verdade é um conhecimento raro e excepcional, que pode, na melhor das hipóteses, ter sucedido a eles próprios, sendo negado ao restante da espécie humana.

Um fenômeno que sempre me chamou atenção é que, sendo a consciência individual humana tão insignificante e inerte como dizem aqueles mestres, os governos de algumas nações mais poderosas da terra fizessem tanto esforço e despendessem tanto dinheiro em pesquisas destinadas a criar meios técnicos de subjugar e escravizar a ela. Por que tanto empenho em debilitar e subjugar aquilo que, por si, já nada pode e nada sabe? Cães de Pavlov, controle behaviorista do comportamento, lavagem cerebral chinesa, MK-Ultra, engenharia social e psicológica de Kurt Lewin, programação neurolinguística — a lista não tem mais fim. A mera observação do contraste grotesco entre a alegada debilidade da vítima e o tamanho do arsenal que se mobiliza para domá-la já basta para mostrar que há algo de errado com todas as filosofias do determinante apriorístico, isto é, com toda a linha dos filhos legítimos e bastardos de Immanuel Kant. Que o prof. Duguin apele a esta linhagem com a devoção de um crente mostra que, no empenho de intimidar o seu adversário, ele não se vexe de lançar mãos dos recursos mais disparatados, inconexos e incompatíveis.

Espero, sinceramente, que ele esteja fazendo isso por fingimento maquiavélico, porque, se ele acredita mesmo sinceramente em todo esse caleidoscópio de incongruências, estamos diante de um caso de “delírio de interpretação” num grau jamais vislumbrado pelos descobridores desta patologia.

29 §. Ah, como sou odiento

O texto do Sr. Carvalho respira um *ódio* profundo. É um tipo de ressentimento (no sentido nietzschiano) que dá a ele um aspecto particular (...) Ponderando as suas

palavras eu chego à conclusão de que *ele odeia o Oriente como tal*.

Neste mundo odiei muitas coisas, quase sempre injustamente. Na infância, acima de tudo injeções de penicilina, não obstante me salvassem a vida. Depois passei a odiar pudim de pão, que quase me matou por culpa minha própria e não dele, quando me empanturrei da sua substância fofa para além de tudo quanto recomendava a prudência humana e, entre cólicas intestinais homéricas, tomei birra do inocente alimento para sempre. Odiei aquelas instituições hediondas chamadas conservatórios musicais, onde ninguém compreendia a incomensurabilidade matemática de dez dedos e sete teclas, para mim, uma obviedade invencível. Odiei a geometria de Euclides, suspeitando que meu professor desta disciplina tinha a intenção perversa de me fazer de idiota quando afirmava, com a cara mais inocente do mundo, que pontos sem extensão nenhuma somados perfaziam um segmento de reta. Mais tarde, odiei praticamente todos os governos brasileiros que conheci, com exceção do breve e honroso mandato de Itamar Franco. Odiei também vários tipos de filmes e até fiz a lista deles sob o título “Odeio com todas as minhas forças”: filmes de tribunal, filmes de milionários sofrendores, filmes de família neurótica, filmes de médico, filmes de americanos em férias, etc. e etc.

Mas, ao longos destes meus 64 anos de existência, digo com toda sinceridade e após detido exame de consciência: nunca odiei um só ser humano, ao menos por mais de alguns minutos. Quando alguém me irrita além do limite do suportável, lanço-lhe um olhar fulminante, digo-lhe umas coisas horríveis, faço-lhe as ameaças mais escabrosas e dois minutos depois estou rindo e dando tapinha nas costas da criatura. Quem me conhece sabe que sou assim.

A hipótese de que eu tenha odiado civilizações inteiras, ou as odeie ainda, é a projeção psicótica mais palhaça que já vi. Especialmente quando se pretende que o objeto do meu ódio insano seja o Oriente. Odiei tanto as civilizações orientais que dediquei a elas muitos anos da minha vida, dando a elas o melhor de mim para compreendê-las e para explicá-las aos meus alunos com uma simpatia e uma devoção inegáveis, sempre inspirado na regra de Titus Burckhardt, um autor tradicionalista que o prof. Duguin tem ou deveria ter como um dos seus pontos de referência: “Para compreender uma civilização é preciso amá-la, e isto só é possível graças aos valores universais que ela contém” (está no livro *A Civilização Hispano-Árabe*). Se odeio as civilizações orientais, por que escrevi todo um livro para mostrar a presença desses valores na doutrina hindu das castas? - trata-se do livro *Elementos de Psicologia Espiritual*. Por que desencavei de um artigo poeirento, publicando-os com introdução e notas, os *Comentários* de meu mestre de arte marcial chinesa, Michel Veber, à *Metafísica Oriental* de René Guénon? Por que falei tanto nos *Relatos de um Peregrino Russo*, então totalmente desconhecidos no Brasil, que até uma editora esquerdista acabou se interessando em publicá-los? Por que fui eu o primeiro estudioso brasileiro a pronunciar no recinto hostil de uma faculdade da USP, contra vento e maré, uma conferência sobre René Guénon? Por que passei anos estudando as práticas místicas do esoterismo islâmico, com o maior respeito, vendo nelas, segundo a perspectiva da “unidade transcendente das Religiões” de Frithjof Schuon, um patrimônio espiritual de valor universal? Por que fui eu, na grande mídia brasileira, o primeiro articulista a chamar atenção do público para os nomes de René Guénon, Titus Burckhardt, Seyyed Hossein Nasr e tantos outros porta-vozes de doutrinas caracteristicamente orientais? Por que escrevi uma exegese simbólica de alguns *alhadit* do profeta islâmico, merecendo por isto um prêmio da Universidade de El-Azhar e do governo saudita? Aliás, prof. Duguin, o senhor

mesmo só se tornou conhecido e conquistou alguma audiência no Brasil graças aos meus artigos de jornal e programas de rádio, que os mencionaram muitas vezes *sine ira et studio* (sem ira e sem escudo), ressaltando a importância mundial do seu trabalho e recomendando-a à atenção dos estudantes brasileiros numa época em que ninguém no país, nem mesmo os altos círculos universitários, políticos e militares, tinha jamais ouvido o seu nome. Devo ser mesmo um louco: tanto amor a um objeto de ódio só se cura com eletrochoque.

A verdadeira barreira que, nesse ponto, me separa do prof. Duguin não é aquela que distingue um ocidentalista fanático e um orientalista *enragé*. A diferença é que, imbuído da crença aristotélica no poder de conhecer a verdade para além de todas as minhas limitações pessoais e culturais, olhei para aquelas civilizações com olhar amoroso de quem entrevista nelas os valores a que se referia Burckhardt, valores que, sendo universais, eram também os meus. Já o prof. Duguin, olhando-as com a mente atravancada de condicionamentos [2:10] culturais que ele acredita insuperáveis, nega àquelas civilizações a universalidade de valores e só pode enxergar nelas o antagonismo invencível cujo único desenlace tem de ser a guerra e a destruição de metade da espécie humana.

30 §. Ressentimento

Isso explica a estrutura de seu ressentimento.

Ressentimento contra quê? Que mal me fizeram as civilizações do Oriente, além de uns tombos que levei em academias de artes marciais?

31 §. Colocando palavras na minha boca

Ele ataca a Rússia e cultura holística da Rússia (que ele descarta com um gesto de indignação), a Cristandade Ortodoxa (que ele considera “mórbida”, “nacionalista” e “totalitária”), a China (com seu padrão coletivista), o Islam (que para ele é equivalente de “agressão” e “brutalidade”), o socialismo e o comunismo, a geopolítica, a hierarquia de valores tradicionais e a ordem vertical da sociedade tradicional, e os valores militares...

Lá vem de novo o prof. Duguin colocando na minha boca as palavras que eu não disse nem pensei, sendo de sua própria e exclusiva invenção, calculadas para serem facilmente demolidas e simular uma vitória arrasadora. Não me lembro de ter criticado a cultura russa por ser “holística”, apenas por produzir tantos assassinos de russos. Na verdade, não vejo nenhum “holismo”, nenhum senso de solidariedade comunitária, numa sociedade onde as pessoas se dedicam mais do que em qualquer outro lugar do mundo, com a exceção possível da China, a matar os seus compatriotas. E não me refiro só aos tempos do socialismo. Nas duas tabelas dos dez maiores assassinos em massa elaborada pelo prof. R. J. Rummel, uma para o século XX, outra para toda a história anterior da humanidade, russos e chineses entram duas vezes: mataram como loucos desde que vieram ao mundo, e redobram de fúria na virada do último século.

Se os russos já estavam entre os campeões de violência antes do comunismo, continuam a ocupar este posto depois dele. Segundo dados da revista polonesa

Fronça — a mesma à qual o prof. Duguin concedeu sua entrevista de 1998 —, oitenta mil russos morrem assassinados por ano, dez mil abortos são praticados a cada dia, a população diminui a olhos vistos e, embora sete milhões de casais não tenham filhos, a quantidade de adoções é tão irrisória que hoje há mais órfãos na Rússia do que ao término da II Guerra Mundial (quanta “solidariedade comunitária” em comparação com os americanos, campeões mundiais de adoções!). Não tenho nenhuma teoria histórico-sociológica para explicar esses fatos, mas pretender que tanta violência, tanta crueldade, não tenha nenhuma raiz na cultura, que tudo seja culpa de estrangeiros malvados infiltrados no governo local, isto sim que é “teoria da conspiração” da mais rasteira. Se o prof. Duguin ainda insiste em que tudo isso é culpa das “privações liberais” da era Yeltsin (mas eu não vejo como as privações podiam ser culpadas dos crimes do comunismo e do czar), que ele pare de jogar a culpa nos estrangeiros e vá tomar satisfações com seu líder Vladimir Putin, o qual, como chefe da comissão de privatizações naquela época, encheu de dinheiro o bolso dos seus colegas da KGB e, aliás, também os dele próprio.

Quanto ao Islam enquanto tal, não me lembro de ter dito uma só palavra contra ele, e sim contra a moderna politização da teologia, que tanto mal faz à religião islâmica quanto a “teologia da libertação” faz ao Cristianismo.

32 §. Ah, como sou odiado (2)

No seu ódio histórico contra tudo isso, ele encontra seu alvo na minha pessoa. Então, ele me odeia e faz com que eu sinta o seu ódio (...).

Este parágrafo, como todos outros do prof. Duguin, só vale como profecia auto-realizável. Nunca odiei o prof. Duguin, mas agora estou considerando seriamente a possibilidade de começar a fazê-lo, se ele não parar com essa palhaçada. Ele é com certeza o debatedor mais esquivo e tihoso com quem já me defrontei. Incapaz de refutar uma só das minhas idéias no campo da argumentação lógica e factual, ele parte para o terreno da psicologia pejorativa divinatória e, atribuindo maus sentimentos que na verdade existem só na sua cabeça, tenta queimar a minha reputação na praça. E olhem que ele faz com eloquência inflamada de quem acredita piamente no que diz. Não se trata, portanto, de mera invencionice. É fingimento histórico *strictu sensu*. Imaginar coisas, emocionar-se com elas como se estivessem realmente acontecendo e exibir a emoção em público numa *performance* convincente é a definição mesma da conduta histórica. Quando o professor me chama histórico, ele está apenas me xingando. Quando uso a mesma palavra em relação a ele, não é xingamento: é um diagnóstico objetivo, científico, baseado em fatos patentes.

Como é que o cara se sente odiado, meu Deus do céu? Mas agora eu estou começando a odiá-lo mesmo.

33 §. Guénon e o Ocidente

É muito impressionante o que segue:

Há muitos outros pensadores que metodicamente descrevem os lados positivos do Oriente: a ordem, o holismo, a hierarquia e a essência negativa do Ocidente e sua degradação. Por exemplo, Guénon. É certo ele não tinha muito entusiasmo com relação ao comunismo e o coletivismo, mas a origem da degradação da

civilização ele via como algo que estava *exclusivamente no Ocidente e na cultura ocidental*, precisamente no *individualismo ocidental* (...).

René Guénon diz de fato que o Ocidente é a vanguarda da decadência, mas lança a culpa disso, como de todo mal do mundo, da ação subterrânea das “Sete Torres do Diabo” (são centros contra-iniciáticos, segundo René Guénon) que são mais Orientais do que o próprio prof. Duguin (veja mais explicações adiante, já vem mais explicação daqui a pouco). Não estou subscrevendo essa teoria, estou apenas mostrando que não é viável nem honesto apelar a René Guénon como autoridade legitimadora de um anti-ocidentalismo *à outrance*.

Ademais, Guénon nunca esteve interessado em destruir o Ocidente, mas em salvá-lo, e o caminho prioritário que ele defendia para esse fim era a plena restauração da Igreja Católica na sua missão providencial de Mãe e Mestra. A hipótese de uma “ocupação Oriental” só lhe ocorreu como uma alternativa secundária no caso do completo fracasso da Igreja Católica, mas mesmo assim ele jamais concebeu essa alternativa sob a forma de guerra, de ocupação militar. O que ele imaginava era uma espécie de revolução cultural islâmica com os *sheikhs* sufis conquistando, por influência sutil, o controle hegemônico da intelectualidade ocidental (Frithjof Schuon e Seyyed Hossein Nasr tentaram realizar este programa — disto eu fui testemunha direta).

Ele jamais sugeriu a guerra como solução. Ao contrário, ele dizia que a guerra e o caos generalizado se seguiriam quase inevitavelmente ao fracasso (ou adoção) das duas alternativas anteriores. Ele não via isso como solução, mas como parte do problema.

Ou seja, dizia que ou a Igreja Católica era restaurada, ou a espiritualidade islâmica tem de entrar aqui, se infiltrar e botar as cabeças das pessoas no lugar. Se ambas alternativas falharem, vem a guerra e o caos. Mas isso não é a solução, é o próprio nome do problema.

Nada, absolutamente nada justifica apelar à autoridade de Guénon para justificar o empreendimento bélico das proporções daquela que o Império Eurasiano nos promete.

34 §. O mundo às avessas

Na minha juventude, eu era anticomunista do tipo guenoniano-evoliano. Mas, após ter conhecido a civilização Ocidente, especialmente após o fim do Comunismo, *eu mudei de idéia* e revisei esse tradicionalismo descobrindo o outro lado da sociedade socialista, o qual é a paródia da verdadeira Tradição, mas não obstante é *muito melhor do que a absoluta ausência* de Tradição no mundo Moderno e Pós-Moderno.

(1) Compreendo perfeitamente a mutação pelo qual passou a mente do prof. Duguin. Não há no mundo pessoas mais isoladas e desesperançadas do que os intelectuais tradicionalistas, que vêem, a cada dia, tudo quanto é sagrado e precioso ser destruído impiedosamente pelo avanço do materialismo, do relativismo cínico, da brutalidade e, talvez pior ainda, da banalidade.

Ele mesmo cita os livros do Lipovetsky, autor de vários títulos que descrevem essa degradação muito meticulosamente.

Poucos deles estão preparados para levar às últimas conseqüências a sua opção pelo espírito, aceitando a derrota histórica total, a completa humilhação dos valores espirituais como sentença divina destinada a anteceder a apocatástase, [2:20] o fim de todas as coisas e o advento de “um novo céu” e “uma nova terra”. É grande a tentação, que os acossa, de apegar-se a alguma última esperança terrena, a alguma tábua de salvação político-ideológica que lhes prometa “restaurar a Tradição” por meio da ação material, político-militar. É neste momento que a alma em desespero passa por uma mutação, um giro de 180 graus, começando a ver tudo às avessas. A mulher que sofra um estupro pode ir à polícia e denunciar o criminoso, mas, se sofre cinquenta, sessenta, setenta estupros repetidos, é bem possível que acabe buscando algum alívio na idéia cretina de que o estupro é, afinal de contas, um ato de amor.

Ninguém no mundo fez um esforço mais renitente e brutal para varrer as religiões da face da Terra do que o fizeram os regimes comunistas na Rússia e países satélites, na China, no Vietnã, no Camboja (e a China ainda está fazendo no Tibete). Falar de “perseguição anti-religiosa” nesse países é eufemismo. O que houve foi genocídio puro e simples, liquidação sistemática da cultura religiosa e dos próprios religiosos. O pastor Richard Wurmbrand conta que, nas prisões comunistas da Romênia, cada sacerdote era convidado a abdicar da sua religião sob a ameaça de que, em caso de recusa, os dentes do sacerdote de outra religião seriam arrancados à sangue frio diante dos seus olhos. Mas a alma do tradicionalista em desespero, incapaz de suportar a visão de tanta maldade, pode num momento de fraqueza, apegar-se à esperança louca de que haja nisso um bem secreto, um segredo divino transmitido ao mundo em linguagem paradoxal. Então ele começa a enxergar monstros como anjos, Lênin, Stalin, Mao e Pol Pot como mensageiros da providência disfarçados em diabos. A sociedade mais ostensivamente e odientamente mais anti-tradicional que já existiu começa a parecer-lhe a mera “paródia da tradição”, preferível, no fim das contas, à “absoluta ausência de tradição no mundo moderno e pós-moderno”. Nesse momento ele está pronto para se inscrever no movimento eurasiano.

(2) Ademais, que “ausência de Tradição” é essa? Como cristão ortodoxo, o prof. Duguin deveria admitir a obviedade de que o Cristo não veio salvar as nações, mas as almas. A força da tradição cristã numa sociedade não se mede pelo grau de autoritarismo centralizador que nela vigore, ainda que em nome da autoridade eclesiástica, mas pelo vigor da fé cristã nas almas dos crentes. Nesse sentido, alguns dados estatísticos recentes poderiam esclarecer a mente do prof. Duguin. Em 2008, uma pesquisa do instituto alemão Beltersman mostrou a Rússia como o país do mundo onde os jovens são os menos religiosos. Será isso um sinal de vigor da “tradição”? O Brasil, em comparação, ficou em 3º lugar entre os países de juventude mais religiosa, mas o universo de crenças desses jovens era bem confuso: muitos não acreditavam em céu ou inferno, outros duvidavam da vida eterna, outros misturavam catolicismo com reencarnação e muitos desconheciam por completo os elementos mais básicos do dogma católico. Enfim, tudo na pesquisa demonstrava que o Papa João Paulo II tinha razão ao dizer que “os brasileiros são cristãos no sentido, mas não na fé”. O mesmo vale para a Rússia, onde, segundo pesquisas da Ipsos/Reuters, 10 por cento dos que se dizem crentes acreditam de fato “em muitos deuses”. Como a Igreja Ortodoxa é chefiada por agentes da KGB, a única “tradição” que parece estar realmente viva na Rússia é o xamanismo (afinal duas das Sete

Torres ficam na Rússia e uma terceira em território da antiga URSS). Existe algum lugar do mundo onde a maioria não apenas tem uma vaga crença “em Deus” ou “em deuses”, mas uma fé definida, nítida, sólida, inabalável? Existe. Uma pesquisa recente da Rasmussen revelou que setenta e quatro dos americanos — 3/4 da população — declaram, alto e bom som, acreditar que Nosso Senhor Jesus Cristo é o Filho de Deus vivo, que veio ao mundo para redimir os pecados da humanidade. Este é o dogma central do cristianismo, seja católico, ortodoxo ou protestante. Esse é o centro irradiante da tradição cristã. A tradição está viva onde a fé está viva, não onde o sonho comunofascista de uma “sociedade orgânica” usurpa a autoridade da fé enquanto a população volta suas costas à “única coisa necessária”.

35 §. As Sete Torres do Diabo

São sessenta itens, leremos mais um. Duguin diz mais uma série de coisas, terminando assim:

[Portanto,] o Ocidente é o centro da Kali-Yuga, o seu motor, é o seu coração.

Está aqui falando em nome de René Guénon.

Não, não é. Quem pretende atrair para a causa eurasiana o prestígio do guenonismo deveria ao menos ler René Guénon direito. Guénon nunca interpretou o simbolismo oriente-ocidente como uma grosseira oposição maniqueísta do bem e do mal. Como um profundo conhecedor do Islam, ele sempre levou em conta os mais célebres *ahadith*, em que o profeta islâmico, apontando para os lados do Oriente, afirmou: “O Anticristo virá dali”. Dos grandes centros difusores da “contra-iniciação”, como Guénon a chamava (ou seja, as sete torres do diabo), nenhum, segundo ele, se localiza no Ocidente, mas um no Sudão, um na Nigéria, um na Síria, um no Iraque, um no Turquestão (dentro da URSS) e — ora vejam! — dois nos Urais, em pleno território russo. Projetados no mapa, as sete torres formam o diagrama exato da constelação da Ursa Maior. A Ursa, emblema nacional da Rússia, representa no simbolismo tradicional a classe militar (*kshatriya*), em cíclica revolta contra a autoridade espiritual. Jean-Marc Allemand, no livro *René Guénon e as Sete Torres do Diabo*, menciona a respeito, “a militarização forçada que acompanha inevitavelmente o marxismo lhe serve de base”. E prossegue: “Esse aspecto guerreiro à *outrance* e totalmente invertido (em relação à função original e subordinada da casta militar) é o resultado último da revolta dos *kshatriya*, neste sentido, a URSS é realmente a terra da Ursa”. Como é que o grande conhecedor de “geografia sagrada” ignora ou finge ignorar uma coisa tão básica? E o que é que mudou, na Rússia de Putin, senão na direção de uma militarização ainda maior da sociedade? E não está esse fenômeno na linha mesma do projeto eurasiano, concomitante a dominação da sociedade chinesa pelos militares e a “sovietização do Islam”, que Jean Robin, categorizado porta-voz do guenonismo, considera um dos traços mais sinistros da degradação espiritual moderna?

Por aí vocês vêem que não é pouca porcaria. Quer dizer, o que este sujeito espalhou de mentira, de falsidade, de mito, de lenda na cabeça dos russos não é pouca coisa. E a quantidade de material que ainda tem de ser lido, trabalhado e, por assim dizer, desmontado, desconstruído, é muito grande. Está me dando um trabalho muito grande, eu tive de ler muita coisa para isso. Cada vez que o sujeito manda uma nova mensagem, eu passo uma ou duas semanas ocupado com isso. Você veja que normalmente a produção de um

escritor profissional é no máximo umas cinco ou seis páginas por dia, então quer dizer que escrever sessenta aqui eu levei dez dias. Se for para escrever uma coisa decente. Se for material meramente jornalístico, pode até ser mais. Então, isso tem me mantido realmente ocupado. Creio que semana que vem vou ter uma folga, porque o prof. Duguin diz que só vai entregar a sua próxima mensagem em junho, então felizmente ele vai atrasar e, portanto, eu também vou poder atrasar um pouco. Na semana que vem voltamos ao nosso assunto normal, a não ser que vocês queiram prosseguir a leitura e comentário disto até ao fim.

Será que há tempo de responder algumas perguntas ou é muito tarde? 11:00 da noite. Então vamos deixar as perguntas todas para a semana que vem.

Lembro de novo a vocês: por favor, me enviem cada um para contato@seminariodefilosofia.org uma mensagem nos seguintes termos: Declaro, para os devidos fins, que durante o ano de tal paguei ao Sr. Olavo Luiz Pimentel de Carvalho a quantia tal, em mensalidades do Seminário de Filosofia. Assinado, seu fulano de tal, com o número de CPF, por favor. Até a semana que vem, muito obrigado!

Transcrição: Jussara Reis.

Revisão: Juliana Camargo Rodrigues.